

A magnifying glass is positioned over a financial report. The report contains a bar chart with blue and yellow bars, and a line graph with a red line. The background is a dark blue gradient. The logo 'F.R.EGO' is centered in white, with the 'E' represented by three horizontal bars.

F.R.EGO

Relatório & Contas 2025

ÍNDICE

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1. Envolvente Macroeconómica	3
2. A Economia Portuguesa	4
3. O Mercado Segurador Português	7
4. Atividade da empresa	14
5. Evolução do negócio	15
6. Resultados e situação económica e financeira	15
7. Recursos Humanos e Responsabilidade Social	16
8. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	18
9. Evolução previsível da sociedade	19
10. Proposta de aplicação de resultados	20
11. Informação exigida por documentos legais	20
12. Principais riscos e incertezas	21
13. Notas finais	21
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	23
BALANÇO	25
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	27
DACP 2025	29
DFC	31
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA	33
1. Identificação da entidade e período de relato	34
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras	34
3. Principais políticas contabilísticas	36
4. Fluxos de Caixa	45
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	46
6. Partes relacionadas	46
7. Ativos intangíveis	48
8. Ativos fixos tangíveis	49
9. Loções	50
10. Financiamentos obtidos	52
11. Outros Investimentos financeiros	53
12. Rébito	54
13. Subsídios do Governo e apoios do Governo	55
14. Acontecimentos após a data do balanço	55
15. Impostos sobre o rendimento	56
16. Instrumentos financeiros	58
17. Capital	61
18. Benefícios dos empregados	62
19. Divulgações exigidas por diplomas legais	63
20. Outras informações	64
21. Fatores de Risco Financeiro	66
22. Proposta de aplicação do resultado	66
23. Prestação do serviço de distribuição de seguros ou de resseguros	67
PARECER DO CONSELHO FISCAL	72
RELATÓRIO DE AUDITORIA	74

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2025

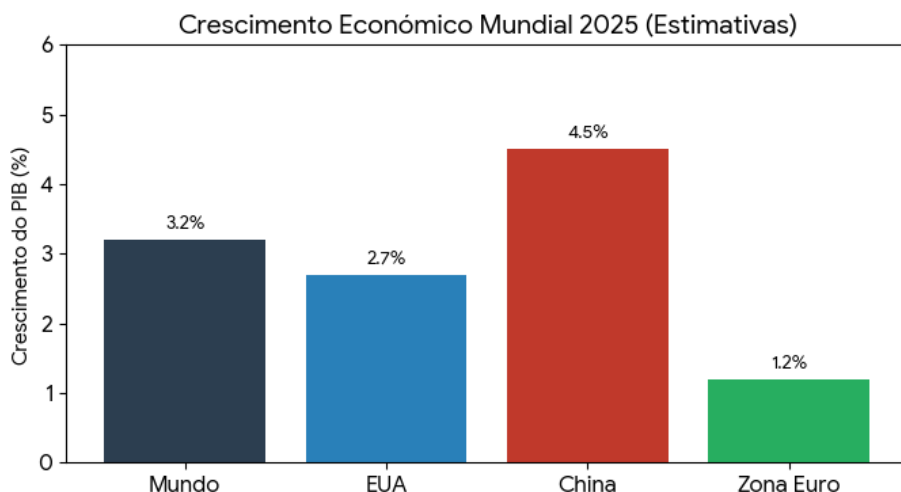
Em conformidade com o previsto no Contrato de Sociedade e com as disposições legais aplicáveis de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, vem a F. Rego – Corretores de Seguros S.A. (F. Rego), submeter à apreciação dos acionistas:

- Relatório de Gestão, relativo ao ano económico encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- Proposta de aplicação do resultado líquido do período;

1. Envolvente Macroeconómica

A economia mundial em 2025 apresentou um crescimento moderado de 3,2%, mas resiliente, decorrente de um cenário de fragmentação comercial e incerteza geopolítica, tal como demonstram os índices de crescimento diferenciados das principais economias:

- **A Zona Euro:** entre 1% e 1,2%, com a Alemanha a registar um crescimento próximo de 0,3% devido à sua dependência industrial e exportadora;
- **Os EUA:** mantiveram um crescimento robusto de 2,7%, sustentado pelo consumo interno e antecipação de importações antes da entrada em vigor de novas taxas;
- **China:** cresceu 4,5%, apoiada por estímulos fiscais que compensaram a redução direta das trocas comerciais com os americanos.



Fonte: Eurostat

O ano de 2025 foi marcado pelo aumento do protecionismo, especialmente com a introdução de novas tarifas comerciais pelos EUA, o que gerou volatilidade nos mercados e incerteza no investimento direto estrangeiro. Contudo, o impacto destas medidas dos EUA no PIB global foi de cerca de **-0,5%**, menos severo do que as previsões mais pessimistas.

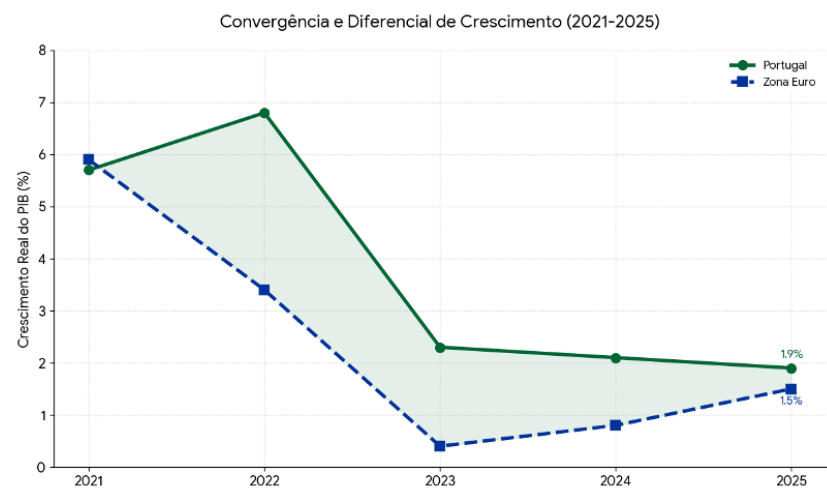
No que se refere à política monetária, importante dar nota que a inflação global desceu para 4,2%. Este alívio permitiu que os principais bancos centrais, como o BCE e a Fed, prosseguissem o corte nas taxas de juro, transitando de políticas restritivas para neutras.

A continuidade de tensões no Médio Oriente e na Ucrânia, aliada à “multipolaridade” do comércio, forçou as empresas a reconfigurar cadeias de abastecimento para modelos mais regionais (*near-shoring*).

2. A Economia Portuguesa

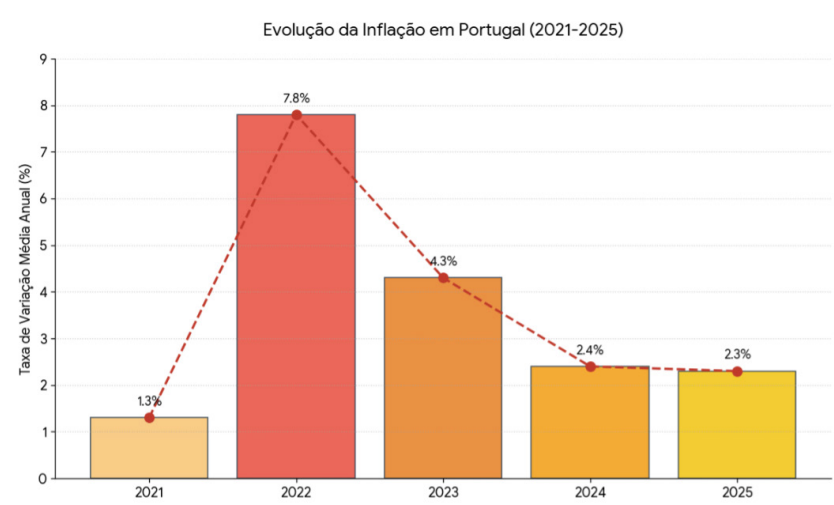
Portugal destacou-se pela sua capacidade de superação face às principais economias europeias, mantendo um diferencial de crescimento positivo nos principais indicadores económicos:

Crescimento do PIB: A economia portuguesa cresceu 1,9% em 2025, superando significativamente a média da Zona Euro (1,25%);



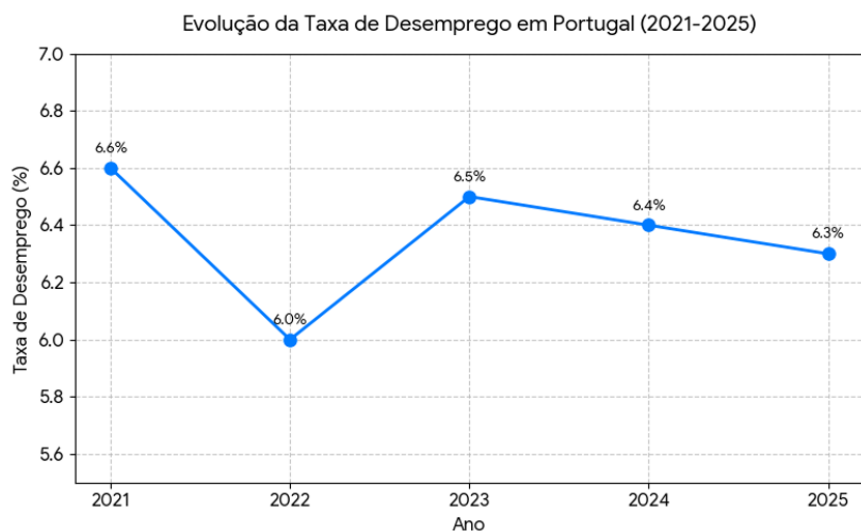
Fonte: Eurostat

Inflação: Estabilizou em torno dos 2,3%, convergindo para o objetivo de médio prazo do BCE;



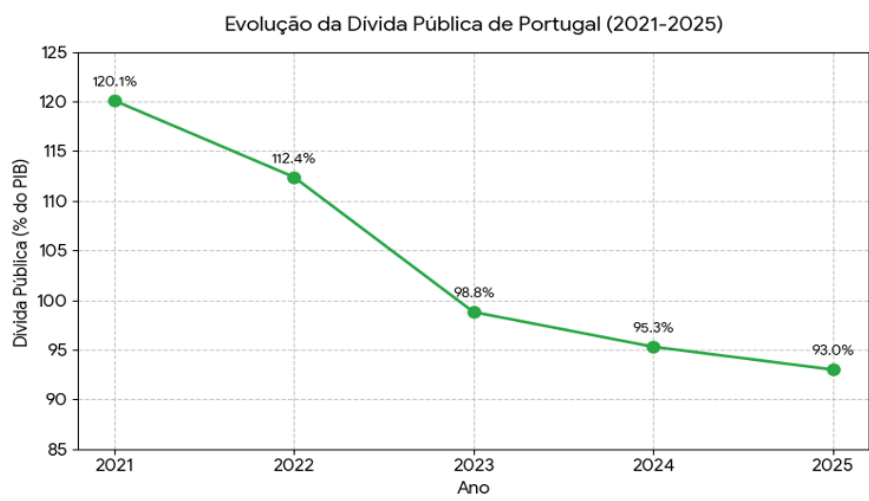
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Mercado de Trabalho: Manteve-se em níveis de pleno emprego histórico, com a taxa de desemprego a fixar-se nos **6,3%**;



Fonte: Statistics Portugal

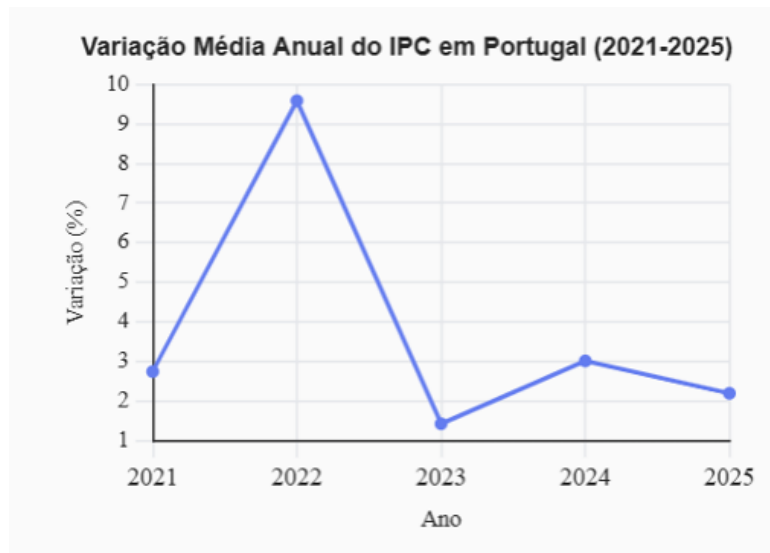
Contas Públicas: Portugal manteve uma trajetória de equilíbrio orçamental (saldo próximo de **0,0%**) e redução da dívida pública, que se situou abaixo dos **93% do PIB**.



Para estes números, muito colaboraram fatores tais como o Plano de Recuperação e Resiliência (representando cerca de 1,8% do PIB em despesa); o aumento do salário mínimo; a redução do IRS; a resiliência do emprego; e a manutenção de altos níveis de no setor do turismo e exportações

O ano de 2025 confirmou Portugal como uma economia de crescimento estável num contexto europeu de estagnação. Contudo, a elevada dependência dos fundos europeus (PRR) e a exposição a choques tarifários internacionais (especialmente vindos dos EUA) permanecem como os principais desafios para a sustentabilidade do crescimento em 2026.

Índice de Preços Consumidor (IPC): os dados em baixo refletem o forte aumento do custo de vida desde 2022 e a subsequente trajetória de estabilização. A inflação desceu para 2,3%, sem que o desemprego disparasse, ou seja, tal traduz que a economia portuguesa conseguiu controlar os preços sem entrar em recessão.



Fonte: Inflationtool

3. O Mercado Segurador Português

Panorama Geral

No ano de 2025, a produção global de seguros aumentou 13,4% face ao final de 2024, situando-se acima de 16,2 mil milhões de euros.

O ramo Vida apresentou um crescimento de 17,8%, tendo sido relevante para este acréscimo o aumento verificado nos seguros Vida Unit-link (71,4%).

Os ramos Não Vida registaram um crescimento de 9,2%, de onde se destacam crescimentos de 12,3% no ramo Doença/Saúde (beneficiando de uma maior consciencialização das famílias para a saúde privada) no ramo Automóvel 9,9%, (decorrente da atualização de prémios no setor automóvel) em Acidentes de Trabalho 8,4% e 7,9% no ramo Incêndio e Outros Danos.

O rácio estimado de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) foi de 213%, refletindo um acréscimo de cinco pontos percentuais face ao final de 2024.

Os lucros das seguradoras aumentaram 36% em 2025. Este resultado deveu-se à melhoria das margens financeiras e à redução da sinistralidade em alguns segmentos.

Riscos Identificados

Ao longo do ano de 2025, o mercado segurador, seguradoras e agentes foram-se deparando com vários riscos, obrigando a adaptações e alterações de políticas. Identificaram-se como principais riscos do sector, os seguintes:

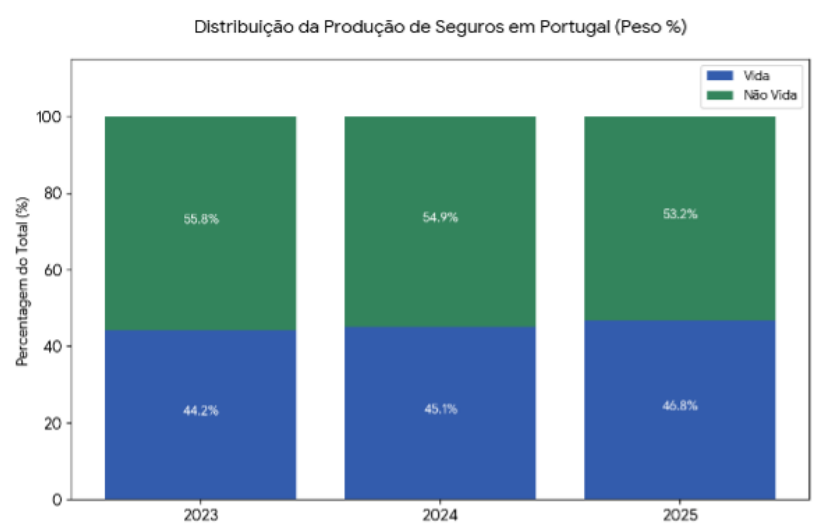
- **Riscos Climáticos:** A exposição das seguradoras a riscos relacionados com o clima subiu **12%** em 2025, forçando o setor a ajustar modelos de subscrição e preços;
- **Digitalização e IA:** O ano consolidou a “modernização atuarial”, com as empresas a utilizarem Inteligência Artificial para simplificar processos de reporte e melhorar a personalização das apólices;
- **Alterações Regulatórias tais como:** a Diretiva IRRD e a Diretiva (UE) 2025/1, estabelecendo um novo quadro de recuperação e resolução para o setor segurador europeu, visando proteger os tomadores de seguros em caso de crise financeira de uma seguradora;
- **Literacia Financeira:** O setor continuou a identificar a baixa literacia financeira como um entrave à venda de produtos de poupança e pensões mais complexos.

O gráfico abaixo ilustra a inversão da tendência no Ramo Vida, que após uma queda em 2023, recuperou fortemente em 2024 e 2025, aproximando-se do peso histórico dos seguros Não Vida.

Produção de Seguro em Portugal 2023/2025

	milhares de euros		
	dez-23	dez-24	dez-25
Mercado	11 818 603	14 315 439	16 232 105
Ramo Vida	5 159 370	6 960 492	8 202 520
Ramos Não Vida	6 659 234	7 354 948	8 029 585
Empresas Nacionais	10 663 112	12 960 015	14 745 148
Ramo Vida	4 855 795	6 509 753	7 575 407
Ramos Não Vida	5 807 317	6 450 262	7 169 740

Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões



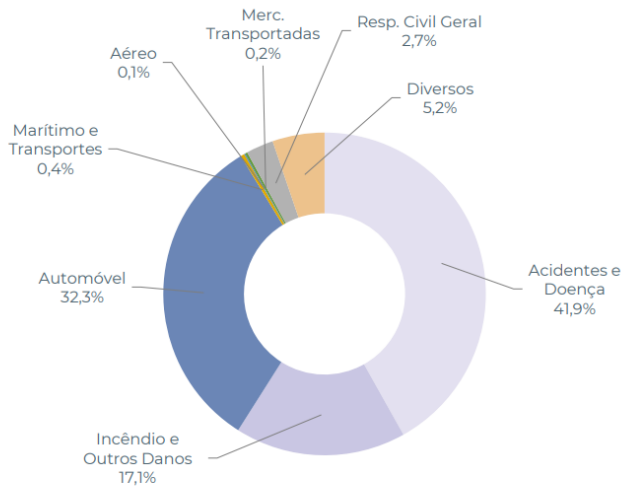
Desempenho por Ramos

Analisando especificamente a produção de seguro direto, o Ramo Vida aumentou em cerca de 17,8%, crescimento muito relevante dos produtos financeiros UnitLink, coerente com o aumento de rendimento disponível e maior investimento, conforme indicado na conjuntura macroeconómica.

No que se refere ao Ramo Não Vida denota-se um crescimento relevante, pelo segundo ano consecutivo, nos seguros de saúde/doença 12,3% (no ano transacto o crescimento foi de 17,53%), 9,9% no ramo automóvel, 8,4% em acidentes de trabalho, e 7,9% em Incêndio e outros ramos.

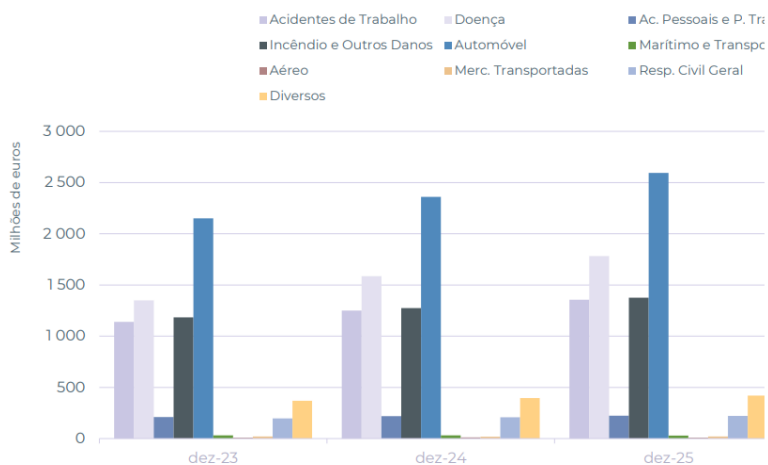
	milhares de euros		
	dez-23	dez-24	dez-25
Mercado	6 659 234	7 354 948	8 029 585
Acidentes e Doença	2 699 165	3 056 259	3 361 712
Acidentes de Trabalho	1 140 406	1 250 597	1 355 317
Doença	1 349 728	1 586 216	1 782 069
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	209 031	219 447	224 326
Incêndio e Outros Danos	1 184 120	1 275 033	1 375 593
Automóvel	2 151 308	2 360 943	2 594 478
Marítimo e Transportes	30 439	30 365	29 970
Aéreo	8 792	10 820	8 731
Mercadorias Transportadas	20 002	19 007	19 433
Responsabilidade Civil Geral	197 024	207 936	220 482
Diversos	368 383	394 584	419 186

Relativamente ao peso de cada ramo na carteira global de produção de seguros, a estrutura da carteira não sofreu alterações significativas face ao ano de 2024.



Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Nos ramos Não Vida e conforme mapa em baixo representado, destacar o crescimento sucessivo dos ramos automóvel e doença.

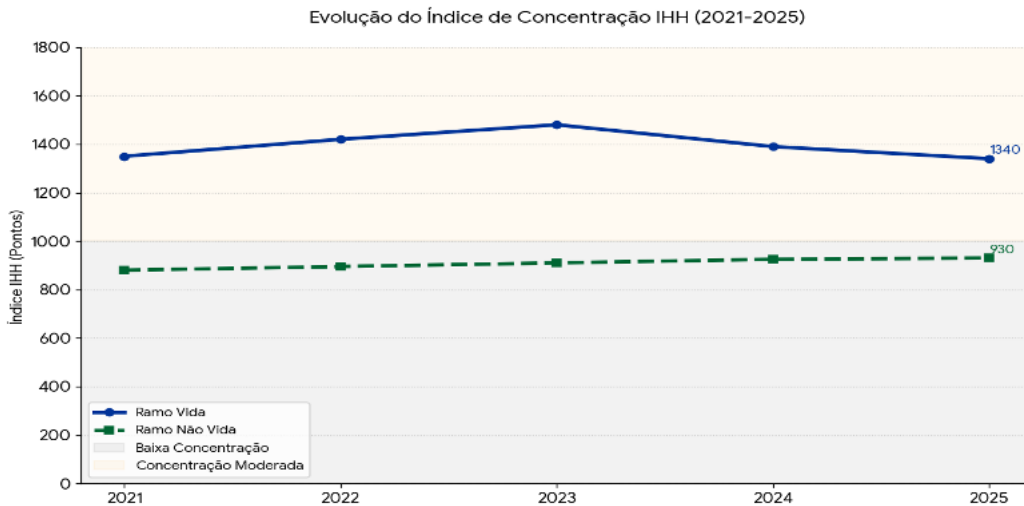


Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Estrutura do Mercado e Concentração

O Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) é o principal indicador utilizado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para medir o grau de concentração e concorrência no mercado segurador.

Em Portugal, historicamente, o mercado tem-se mantido moderadamente concentrado, mas com uma tendência de ligeira desconcentração no Ramo Vida a partir de 2024, devido à entrada de novos players e ao dinamismo dos já referidos produtos unit-linked.



Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

O Ramo Vida representado a cor Azul: apresenta maior concentração (acima de 1000 pontos) devido ao domínio dos grandes grupos bancários na venda deste tipo de seguros. Contudo, em 2024 e 2025, nota-se uma descida, sinalizando uma maior dispersão da quota de mercado entre os operadores.

O Ramo Não Vida representado no gráfico a cor Verde: Mantém-se consistentemente abaixo dos 1000 pontos, o que caracteriza um mercado altamente concorrencial e pouco concentrado, apesar da ligeira tendência de subida devido a algumas fusões e aquisições pontuais.

Em resumo e segundo os critérios da Autoridade da Concorrência e da ASF, valores entre 1000 e 2000 indicam uma estrutura de mercado equilibrada, sem o domínio excessivo de um único operador. Estes valores suportam a ideia de que, embora o setor tenha lucros recorde em 2025, a concorrência permanece ativa, especialmente nos novos produtos de investimento.

Número de Mediadores

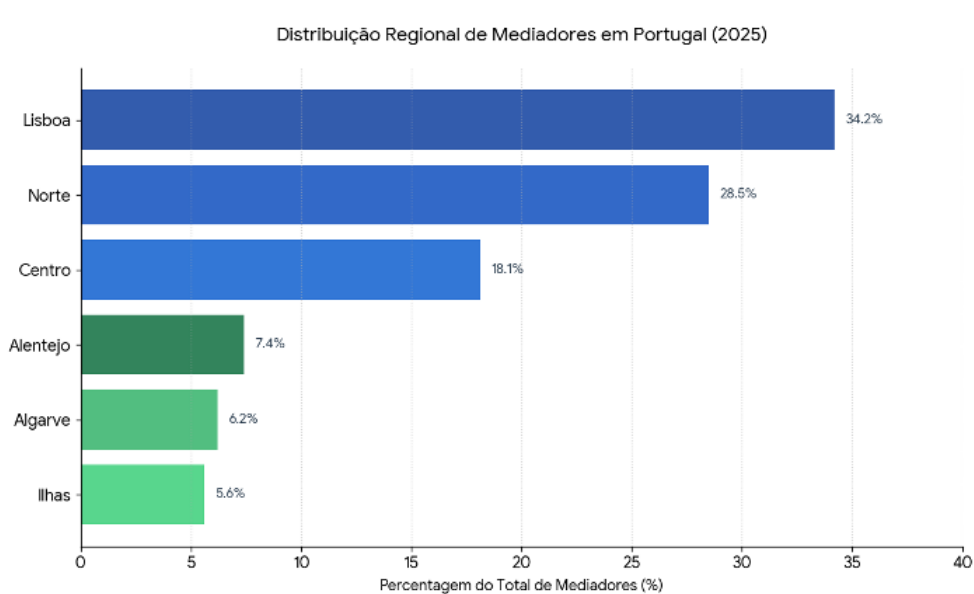
Relativamente à estrutura do mercado segurador, no que se refere ao número total de mediadores, não havendo ao presente deste relatório dados oficiais, estima-se que a estrutura de mediadores tenha sofrido uma ligeira redução, quer decorrente de saldo negativo entre entradas e saídas, quer decorrente de operações de aquisições entre players de mercado, indo de encontro à concentração de Hirshman-Herfindahl indicada em cima, continuando o reflexo da tendência de profissionalização e agrupamento de competências no setor que se tem verificando nos últimos anos.

Tipo de Mediador	2024	2025 (Estimativa)
<i>Agentes de Seguros</i>	10.399	10.199
<i>Corretores de Seguros</i>	217	210
<i>Mediadores de Seguros a Título Acessório</i>	1.102	1.080
Total de Mediadores	<u>11.718</u>	<u>11.489</u>

A distribuição geográfica dos mediadores em Portugal apresenta uma elevada assimetria regional, estando fortemente concentrada nos grandes centros urbanos e no litoral. Esta concentração acompanha o dinamismo económico e a densidade populacional do país.

Não havendo ainda dados públicos disponíveis para 2025, segundo os dados consolidados de 2024 e as projeções para o fecho de 2025 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a distribuição mantém-se estruturalmente estável, com Lisboa e Porto a representarem mais de metade do mercado dos agentes.

Tipo de Mediador	Peso no Total (%)	Tendência 2024-2025
<i>Área Metropolitana de Lisboa</i>	34,20%	Estável (Concentração de Corretores)
<i>Norte (Porto e Litoral)</i>	28,50%	Ligeiro Crescimento (Novos Agentes)
<i>Centro</i>	18,10%	Ligeiro Decréscimo (Consolidação)
<i>Alentejo</i>	7,40%	Estável
<i>Algarve</i>	6,20%	Crescimento (Seguros de Saúde/Turismo)
<i>Regiões Autónomas (Ilhas)</i>	5,60%	Estável



Seguradoras

No que se refere a entidades seguradoras e considerando os dados provisórios existentes, não existem alterações relevantes na quota de mercado dos principais grupos seguradoras em 2025, face a 2024, mantendo a Fidelidade, Ageas e Generali como os principais players do mercado. Dar nota, naturalmente, que o ranking em baixo agrega as várias empresas do grupo, por exemplo o Grupo Ageas mantém-se historicamente no 2.º lugar devido à sua enorme expressão no ramo Vida (através da Ocidental e parcerias bancárias). No entanto, a Generali é, de facto, a 2.ª maior no ramo Não Vida (Automóvel, Casa, Saúde, etc.).

De relevar a subida da Allianz Portugal, ultrapassando o Santander Totta Seguros.

Grupo Segurador	2021	2022	2023	2024	2025 (est.)
Fidelidade	28,10%	30,00%	29,60%	27,50%	29,00%
Ageas Portugal	16,80%	16,00%	15,20%	16,50%	15,50%
Generali Tranquilidade	12,20%	10,00%	11,80%	12,00%	12,50%
Allianz Portugal	5,80%	5,50%	5,50%	5,70%	6,00%
Santander Totta Seguros	5,20%	5,50%	5,50%	5,80%	5,40%
Outros	31,90%	33,00%	32,40%	32,50%	31,60%

Conclusão

Em continuidade com o verificado no ano de 2024, o ano de 2025 foi marcado por um crescimento do mercado segurador com maior impacto no aumento de seguros de capitalização no Ramo Vida, bem como seguros de saúde e automóvel, no Ramo Não Vida.

O número de agentes de seguros continuou a reduzir-se, nas suas diversas tipologias aumentando o índice de concentração no mercado, consequência das cada vez mais apertadas exigências de qualificação e profissionalismo.

Perspetivas Futuras

As perspetivas para o mercado segurador em Portugal em 2026 apontam para um ano de transformação estrutural, marcado pela consolidação da inteligência artificial e por um contexto de custos elevados, particularmente na saúde. O setor entra neste ano com o objetivo de equilibrar a inovação tecnológica com a necessidade de manter a confiança dos consumidores.

As principais tendências e projeções para 2026 incluem:

a. Evolução dos Ramos e Custos

Ramo Não Vida: Estima-se que este segmento atinja os 9,3 mil milhões de euros em volume de negócio durante este ano, mantendo uma trajetória de crescimento sólido, fundamentalmente pelo ramo Doença/Saúde, cujos prémios devem continuar a subir, com um aumento médio de 10% em 2026;

Ramo Vida: Após a forte recuperação em 2025, o foco em 2026 será a manutenção da atratividade dos produtos de poupança face à estabilização das taxas de juro.

b. Transformação Tecnológica e IA

Inteligência Artificial (IA): 2026 é visto como o ano em que a IA passa de uma promessa a uma ferramenta operacional crítica para a personalização de ofertas e análise de dados em tempo real;

Eficiência Operacional: O setor aposta na digitalização do backstage para reduzir custos e aumentar a produtividade, embora o atendimento humanizado continue a ser um diferencial competitivo essencial.

c. Contexto Regulatório e de Risco

Supervisão: A ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões) inicia em 2026 a execução de um plano estratégico com 18 objetivos fundamentais para modernizar o sector segurador até 2028.

Riscos de Mercado: A CMVM alerta para um cenário de maior volatilidade e riscos de mercado elevados em 2026, influenciados pelo contexto geopolítico global e tensões comerciais.

4. Atividade da empresa

Durante o ano de 2025, aliada a uma forte dinâmica comercial a F. Rego manteve-se com bom desempenho, solidificando-se como um dos maiores grupos de corretagem de seguros independentes, de capital 100% nacional, continuando o seu processo de ascensão nacional que, em 2024, a colocou em 8^a lugar no ranking das corretoras em atividade em Portugal. A F. REGO tem vindo, nos últimos anos, a implementar um ambicioso plano estratégico de crescimento a nível nacional.

Internamente a F. Rego continuou a dar passos na automação e digitalização de processos, tendo investido em 2025, fortemente nesta área estratégica, permanentemente com o objetivo de elevar o posicionamento da F. Rego em termos de qualidade do serviço a prestar aos seus clientes e parceiros.

5. Evolução do negócio

A F. Rego manteve a sua forte aposta na implementação das linhas orientadoras e estratégia definida pela Administração e que passam pelo crescimento sustentável, suportado pelo reforço das margens operacionais e assente na melhoria e modernização de processos internos e no reforço da qualidade serviço ao cliente. Os resultados alcançados, em sintonia com os objetivos estratégicos, representam a concretização plena do programa definido pela administração.

O volume de negócios de 2025, manteve as taxas de crescimento sustentadas nos últimos exercícios, tendo verificado um crescimento de 11% face ao ano de 2024.

6. Resultados e situação económica e financeira

6.1. Resultados

No exercício de 2025, A F. Rego alcançou um resultado líquido de 2.509.465,30 €, o que representa um acréscimo de 744.706,76€ (cerca de 42,20%) quando comparado com o ano anterior. O Resultado Líquido reflete, portanto, o crescimento previsto pela administração decorrente da estratégia delineada.

6.2. Situação económica e financeira

A robustez dos indicadores financeiros mantém-se como prioritária para administração, melhorando, transversalmente, os principais indicadores económico-financeiros.

Indicadores	2025	2024
Autonomia Financeira	51,67%	57,92%
Solvabilidade	106,92%	137,63%
Endividamento	48,33%	42,08%
Vendas e Prest.Serv./Capital próprio(%)	261,28%	282,38%
Passivos Correntes/Capital próprio(%)	86,21%	65,88%
Passivo/Capital próprio(%)	93,53%	72,66%
Liquidez Geral	1,73	1,96
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	8 108 285,24 €	7 005 834,10 €
Rentabilidade do Cap.Próprio	51,19%	43,11%

A F. Rego continua a assegurar níveis de rentabilidade muito positivos e forte robustez financeira, mantendo a sua posição de independência face a terceiros, tal como é possível verificar pela análise dos rácios de rentabilidade apresentados.

6.3. Investimentos

Durante o ano de 2025, a F. Rego - Corretores de Seguros, S.A., fez investimentos de 760.775,25€ em ativos fixos tangíveis.

Tais investimentos refletem o compromisso da empresa em proporcionar condições às suas equipas de grande conforto e modernidade, com a remodelação total dos escritórios de Lisboa e parcial do Porto, num calendário de alteração gradual e programa, com uma nova imagem e conceito funcional, de todas as instalações a nível nacional. Prevê-se, para 2026, a continuidade destes investimentos, bem como a contínua procura de oportunidades de consolidação de mercado.

7. Recursos Humanos e Responsabilidade Social

No âmbito dos Recursos Humanos, no decorrer de 2025, e sem prejuízo da grande dinâmica do mercado laboral, manteve o reforço e a qualificação das equipas, tendo encerrado o ano com 84 pessoas.

No âmbito da qualificação e capacitação dos seus recursos humanos, a F. Rego deu continuidade ao plano de formações online e presenciais.

A formação dos quadros superiores da F. Rego continua a ser uma aposta permanente da administração, desenvolvendo a parceria de longo prazo que possui com a prestigian-te escola de negócios AESE.

As formações distribuíram-se por sete áreas:

Área de formação	N.º de Horas
Desenvolvimento pessoal	210
Finanças, banca e seguros	1654
Contabilidade e fiscalidade	56
Gestão e administração	362
Enquadramento na organização/empresa	285
Direito	19
Informática na ótica do utilizador	61

Desde a pandemia do Covid-19, permanece na F. Rego o modelo de trabalho híbrido em toda a equipa, com as devidas adaptações de acordo com as funções e de acordo com as exigências de cada delegação.

A empresa conta ainda com a participação de colaboradores indiretos que não integram os quadros, cujo custo está refletido em “Fornecimentos e Serviços Externos”, nomeadamente na rubrica de “Honorários”.

No âmbito da responsabilidade social e empresarial são várias as entidades apoiadas e as iniciativas nas quais a organização esteve envolvida em 2025, nomeadamente e externamente:

- A Mutualidade Santa Maria
- ACEG - Associação Cristã de Empresários e Gestores
- APEB – Associação Bem Estar de Parceiros
- PECEF - Associação para a Educação, Cultura e Formação
- Associação Bem Estar de Parceiros
- Castelo Maia Ginásio Clube
- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Vitória
- Compromisso Pagamento Pontual
- Fábrica da Igreja Paroquial de Alhadas
- Fundação do Gil
- Fundação Ronald McDonald

- Grupo Recreativo “O Vigor da Mocidade”
- Liga Portuguesa contra o Cancro
- Obra Nossa Senhora das Candeias
- Orfeão Universitário do Porto
- Participação na campanha do Pirlampo Mágico
- Unicef

Em 2025 a F. Rego deu continuidade à certificação efr 1000.2, modelo para a gestão da conciliação da vida pessoal, familiar e laboral. Esta certificação visa a formalização dos benefícios oferecidos aos nossos colaboradores, com avaliação de satisfação e utilização anual.

As medidas efr determinadas pela organização distribuem-se em cinco grupos:

- Qualidade do trabalho
- Flexibilidade temporal e espacial
- Apoio à família
- Desenvolvimento pessoal e profissional
- Igualdade de oportunidade

8. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Ainda condicionada a não oposição da operação junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões encontra-se a decorrer uma proposta de aquisição da sociedade Corbroker – Corretores de Seguros, S.A., mantendo-se esta sociedade com operações autónomas.

9. Evolução previsível da sociedade

Contexto Económico e Impacto no Setor Segurador

À medida que avançamos em 2026, o setor segurador em Portugal continua sólido e em crescimento, mas sob alguma imprevisibilidade, influenciado por um ambiente macroeconómico caracterizado, cada vez mais, por incertezas e volatilidades geopolíticas em várias zonas do globo, com impacto direto nas economias nacionais.

Cada vez mais temos vindo a assistir a uma transição nas preferências de consumo e nas necessidades de segurança financeira dos portugueses, antecipando desafios e oportunidades para o próximo ano, necessariamente envolvendo um acompanhamento permanente das novas tecnologias.

Desafios Antecipados

Contexto Macroeconómico: o contexto macroeconómico atual tem vindo a ser marcado por uma conjuntura global complexa de tensões geopolíticas, desaceleração global e pressão inflacionária persistente, agravada por conflitos geopolíticos recentes no Oriente Médio que impactam os preços das matérias-primas energética; o PIB Mundial deve crescer entre 2,9% e 3,1%. O boom de investimentos em Inteligência Artificial deverá atuar como um suporte contra ventos contrários comerciais.

Inflação e Juros: A inflação global deve cair gradualmente para 3,4%–3,8%, mas os Estados Unidos podem manter taxas acima da meta por mais tempo devido ao dinamismo económico e pressões de custos;

Cenário em Portugal: prevê-se um crescimento de 1,8%, sustentado pela procura interna, mas condicionado pelo agravamento das condições de financiamento. O Banco de Portugal projeta, para 2026, uma inflação de 2,8%, fortemente impactada pelo choque dos preços da energia.

Oportunidades para o Setor

O crescimento do sector segurador continuará, pois, fortemente impactado pelos seguintes fatores:

- . Crescimento do Prémio de Seguros;

- . Adoção de Tecnologias Avançadas;
- . Foco em Produtos Sustentáveis;
- . Seguros de Saúde e Bem-Estar;
- . Regulamentação e Compliance;
- . Concorrência potenciada pelas insurtechs;
- . Procura por seguros mais personalizados e flexíveis;

10. Proposta de aplicação de resultados

A Administração da F. Rego - Corretores de Seguro, S.A. propõe que o Resultado Líquido do Período, no montante de 2.509.465,30€, tenha a seguinte aplicação:

- Distribuição de Dividendos 100.000,00€ (cem mil euros)

Reservas livres: 2.409.465,30 €

De igual modo, propõe-se a distribuição de Gratificações de Balanço, por via dos resultados, seja cerca de 312.119,03 €, sendo que o referido valor já se encontra considerado nas Demonstrações Financeiras integrantes ao presente relatório.

11. Informação exigida por documentos legais

Tendo em consideração o disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que:

- . A atual situação de conflito entre a Rússia e a Ucrânia, bem como no Médio Oriente, está a ter um impacto significativo na Europa, cujas consequências são ainda difíceis de estimar. O Conselho de Administração exerce uma monitorização constante sobre eventuais impactos indiretos, não antecipando, à data de hoje, impactos relevantes para a atividade da empresa relacionados com o desenrolar do conflito e da crise energética associada

- Não ocorreram outros acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício;
- Não houve aquisição ou alienação de ações próprias durante o exercício. Refira-se, a propósito, que a sociedade não detém ações próprias;
- A sociedade não é devedora de qualquer importância relativa a impostos ou contribuições para a Segurança Social;
- A sociedade investiu em despesas associadas a atividades de investigação e desenvolvimento interno;
- Não foram realizados negócios entre a sociedade e a Administração;
- Não existem sucursais da sociedade;
- Não ocorreram, desde o termo do exercício até à presente data, quaisquer factos relevantes, que ponham em causa e evolução previsível da sociedade.

12. Principais riscos e incertezas

Pautada pelo equilíbrio financeiro, a F. Rego gere os seus riscos de preço, crédito e liquidez de forma integrada na sua operação. Um dos seus maiores diferenciais competitivos é a inexistência de dívida externa, o que liberta a empresa do peso dos juros e reforça a sua solvabilidade. Esta estrutura de capital sólida serve de base à confiança da Administração na continuidade futura da empresa, assegurando que o desenvolvimento do negócio ocorre sobre alicerces financeiros estáveis.

13. Notas finais

Como nota final, expressamos uma nota de reconhecimento a todos os colaboradores, pelo seu empenho e sentido profissional, cujo contributo foi fundamental para o desempenho alcançado, e a todos os parceiros, agentes e seguradoras, pelas excelentes relações estabelecidas.

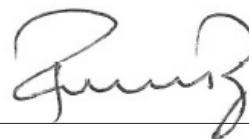
Aos clientes e parceiros, para os quais a F. Rego trabalha para prestar um serviço diferenciador e de qualidade crescente, agradecemos o voto de confiança.

Vila Nova de Gaia, 07 de Abril de 2026

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



(Sara Maria de Pinho Neves da Silva Rego)



(Pedro Nuno Pinho Neves da Silva Rego)

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO



Nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização eram, à data de 31 de dezembro de 2025, detentores de ações nominativas representativas do capital social nas seguintes quantidades:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Pedro Nuno de Pinho Neves da Silva Rego

Ações detidas a 31-12-2025: 0 (0%)

Participação indiretamente detida 25,50%

Vogal

Sara Maria de Pinho Neves da Silva Rego

Ações detidas a 31-12-2025: 0 (0%)

Participação indiretamente detida 50,00%

FISCAL ÚNICO

Deloitte & Associados, SROC S.A

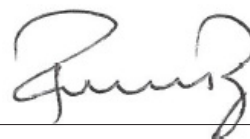
Ações detidas a 31-12-2025: Não detém ações

Vila Nova de Gaia, 07 de Abril de 2026

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

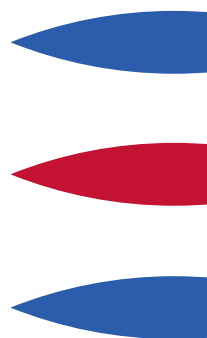


(Sara Maria de Pinho Neves da Silva Rego)



(Pedro Nuno Pinho Neves da Silva Rego)

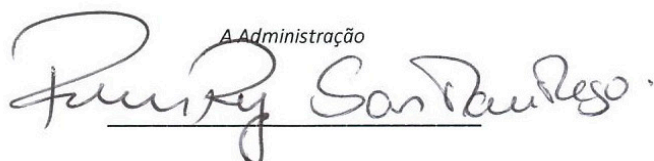
BALANÇO




F. REGO - Corretores de Seguros S.A.

Balço em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Rubricas	Notas	Unidade Monetária: Euro	
		Datas	
		31.12.2025	31.12.2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	1 342 970,01	869 241,82
Ativos intangíveis	7	87 292,15	125 992,63
Outros investimentos financeiros	11	730 537,99	735 669,36
Empresas do Grupo	16 a)	16 000,00	36 000,00
Ativos por impostos diferidos	15	13 299,10	11 969,19
	Subtotal	2 190 099,25	1 778 873,00
Ativo corrente			
Clientes	16 a)	181 953,48	125 398,03
Acionistas/Sócios	16 a)	100 000,00	100 000,00
Outros créditos a receber	16 a)	1 674 361,44	1 338 148,79
Diferimentos	20 b)	89 243,09	48 867,33
Caixa e depósitos bancários	4	5 252 448,74	3 676 006,12
	Subtotal	7 298 006,75	5 288 420,27
	TOTAL DO ATIVO	9 488 106,00	7 067 293,27
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	500 000,00	500 000,00
Reservas legais	17	110 000,00	110 000,00
Outras reservas	17	1 754 012,57	1 689 254,03
Resultados transitados	17	31 496,32	31 496,32
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		(2 292,84)	(2 292,84)
	Subtotal	2 393 216,05	2 328 457,51
	Resultado líquido do período	2 509 465,30	1 764 758,54
	Total do capital próprio	4 902 681,35	4 093 216,05
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10	358 644,43	277 649,71
	Subtotal	358 644,43	277 649,71
Passivo corrente			
Fornecedores	16 a)	25 815,19	56 705,22
Estado e outros entes públicos	16 b)	398 716,71	223 788,09
Financiamentos obtidos	10	153 259,43	167 967,49
Outras dívidas a pagar	16 a)	3 648 988,89	2 247 524,31
Diferimentos	20 b)		442,40
	Subtotal	4 226 780,22	2 696 427,51
	Total do passivo	4 585 424,65	2 974 077,22
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	9 488 106,00	7 067 293,27

A Administração


O Contabilista Certificado



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



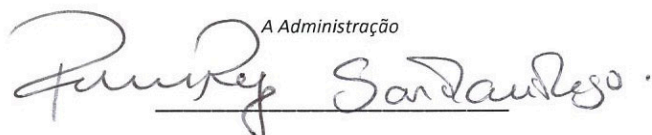
F. REGO - Corretores de Seguros S.A.

Demonstração dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Unidade Monetária: Euro

Rubricas	Notas	Períodos	
		2025	2024
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	12	12 809 949,02	11 558 368,88
Subsídios à exploração	13	5 152,33	2 170,34
Fornecimentos e serviços externos	20 a)	(4 706 816,11)	(4 554 705,12)
Gastos com o pessoal	18	(4 343 027,61)	(3 987 393,97)
Aumentos/reduções de justo valor	11	10 859,63	756,11
Outros rendimentos	16 d)	90 186,16	89 636,75
Outros gastos	16 d)	(305 317,60)	(559 595,27)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 560 985,82	2 549 237,72
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7; 8	(314 426,34)	(221 191,24)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 246 559,48	2 328 046,48
Juros e rendimentos similares obtidos	16 c)	52 569,67	49 393,48
Juros e gastos similares suportados	16 c)	(17 417,69)	(10 398,83)
Resultado antes de impostos		3 281 711,46	2 367 041,13
Imposto sobre rendimento do período	15	(772 246,16)	(602 282,59)
Resultado líquido do período		2 509 465,30	1 764 758,54

A Administração

 Rui Rego

O Contabilista Certificado



As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

DACP 2025

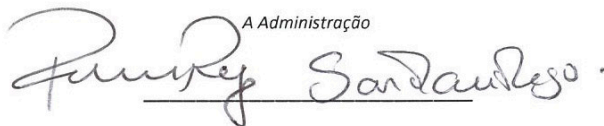


F. REGO - Corretores de Seguros S.A.

Demonstração das alterações no capital próprio no período de 2025

Unidade Monetária: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Outras variações - Subsídios atribuídos	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	6	500 000,00		110 000,00	1 689 254,03	31 496,32	(13 482,89)	11 190,05	1 764 758,54	4 093 216,05	4 093 216,05
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								2 509 465,30	2 509 465,30	2 509 465,30
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8								2 509 465,30	2 509 465,30	2 509 465,30
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Distribuições									(1 700 000,00)	(1 700 000,00)	(1 700 000,00)
Efeitos da Fusão	17										
Aplicação de resultado do período					64 758,54				(64 758,54)		
	10				64 758,54				(1 764 758,54)	(1 700 000,00)	(1 700 000,00)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	11=6+7+8+10	500 000,00		110 000,00	1 754 012,57	31 496,32	(13 482,89)	11 190,05	2 509 465,30	4 902 681,35	4 902 681,35

A Administração
 Rui Rego

O Contabilista Certificado
 Paulo

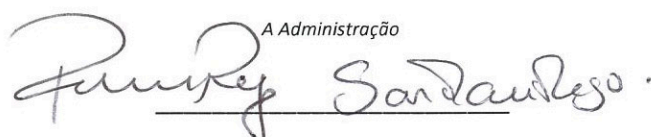
DFC



F. REGO - Corretores de Seguros S.A.

Demonstração do período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 de fluxos de caixa

Rubricas	Notas	Unidade Monetária: Euro	
		Períodos	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		13.563.310,59	11.427.581,15
Pagamentos a fornecedores		-4.785.076,03	-4.729.560,46
Pagamentos ao pessoal		-3.916.033,76	-3.569.446,78
Caixa gerada pelas operações		4.862.200,80	3.128.573,91
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-615.778,65	-516.232,11
Outros recebimentos/pagamentos		-414.639,79	-281.200,80
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		3.831.782,36	2.331.141,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-441.499,21	-136.521,75
Ativos intangíveis			-11.371,44
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos Intangíveis			
Investimentos financeiros	2.3	20.000,00	258.984,86
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		52.569,67	49.393,48
Dividendos			
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)		-368.929,54	160.485,15
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		5.152,33	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-173.963,10	-160.272,52
Juros e gastos similares		-17.599,43	-10.401,70
Dividendos		-1.700.000,00	-1.999.999,90
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			-85.000,00
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		-1.886.410,20	-2.255.674,12
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		1.576.442,62	235.952,03
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	3.676.006,12	3.440.054,09
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	5.252.448,74	3.676.006,12

A Administração

 Rui Rego

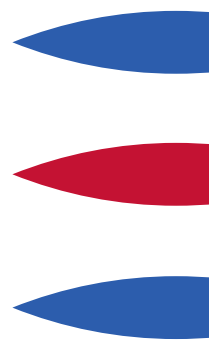
O Contabilista Certificado

 Paulo

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2025

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)



1. Identificação da entidade e período de relato

A F. Rego - Corretores de Seguros, S.A. é uma sociedade anónima, com sede na Avenida da República, 740 – 2.º, Salas 23 e 24 em Vila Nova de Gaia, constituída em 1979 e que tem como que tem como objeto social o exercício exclusivo da mediação de seguros e outras atividades de intermediação (a esta atividade corresponde o CAE 66220) e tem como número fiscal de contribuinte (e de pessoa coletiva) 500 887 713.

No dia 23 de maio de 2024, a “F. Rego – Corretores de Seguros, S.A.” aprovou e fez registar e publicar aviso público, de projeto de fusão, a qual foi levada a registo a 26 de setembro de 2024, por incorporação da sociedade “SR – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.”, tendo os respetivos efeitos contabilísticos e fiscais retroagido a 1 de janeiro de 2024.

(valores expressos em euros)

Evolução da atividade	2025			2024
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Volume de negócios	12 809 949,02	1 228 283,12	10,61%	11 581 665,90
Total de balanço	9 488 106,00	2 397 699,28	33,82%	7 090 406,72
Resultado operacional	3 246 559,48	891 882,48	37,88%	2 354 677,00

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 – Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho de 2009, face ao previsto no n.º 2 do art.º 3.º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho de 2015.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 8254/2015 (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 220/2015 (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 218/2015 (Código de contas);
- Aviso n.º 8256/2015 (Normas contabilísticas e de relato financeiro);

- Aviso n.º 8258/2015 (Normas interpretativas 1 e 2);

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada:

- as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

É ainda aplicada a Norma Regulamentar n.º 13/2022-R, de 30 de dezembro, que regula o regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Neste período não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Tal como já acima referido, a “F. Rego – Corretores de Seguros, S.A.” aprovou e fez registar e publicar aviso público, de projeto de fusão, a qual foi levada a registo a 26 de setembro de 2024, por incorporação da sociedade “SR – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.”, tendo os respetivos efeitos contabilísticos e fiscais retroagido a 1 de janeiro de 2024. Neste sentido, os ativos e passivos incorporados por fusão foram transferidos pelos seus valores contabilísticos com referência àquela data.

Deste modo, abaixo podemos verificar quais as alterações nas rubricas do Balanço do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 por via da incorporação da sociedade “SR – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.”:

SR- Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

	Valor de Balanço antes da aquisição	Ajustamento de Justo Valor	Justo Valor
Ativos Líquidos adquiridos			
Ativos fixos tangíveis (nota 8)	44.342,61	0,00	44.342,61
Diferimentos	342,17	0,00	342,17
Caixa e depósitos bancários	250.250,42	0,00	250.250,42
Estado e outros entes públicos	-18.105,59	0,00	-18.105,59
Outras dívidas a pagar	-17.844,75	0,00	-17.844,75
	258.984,86	0,00	258.984,86

Valor de capitais próprios no momento de fusão 258.984,86

Reserva de Fusão 58.984,96

Em junho de 2024, foi efetuada a distribuição de 199.999,90 Euros aos Sócios da Sociedade incorporada.

Assim sendo, e excluindo o impacto do processo da fusão acima enunciado, as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 – Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

I. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil

estimado de três anos. Não é considerada qualquer quantia residual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

- Software: 3 anos;
- Carteiras de seguros adquiridas: 10 anos
- Outros elementos não especificamente mencionados: 3 anos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida são amortizados num prazo máximo de 10 anos.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a amortização desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

II. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

- Edifícios e outras construções: 10 anos;
- Equipamento básico: 3 a 8 anos;
- Equipamento de transporte: 4 a 5 anos;
- Equipamento administrativo: 3 a 8 anos.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a respetiva depreciação, de forma prospetiva, para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registados como gasto do período em que são incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos também são registados como gasto.

Os investimentos em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão nas condições necessárias para operar pretendidas pelo órgão de gestão (disponíveis para uso).

As mais ou menos valias resultantes de eventuais alienações ou abates do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o valor de realização e o valor líquido contabilístico, na data de alienação ou abate, sendo registadas, na demonstração dos resultados, nas rubricas de “Outros rendimentos e ganhos” ou de “Outros gastos e perdas”.

III. Locações

Os contratos de locação são classificados:

- como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação;
- como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

IV. Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício, de acordo com o princípio do acréscimo.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo, portanto, parte do custo do ativo.

V. Imparidade de ativos

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

As perdas por imparidade de contas a receber são registadas em função dos riscos de cobrança identificados no final do exercício em relação aos saldos a receber de clientes e outros devedores, através da análise da antiguidade dos saldos, de dificuldades financeiras conhecidas dos devedores ou outros litígios identificados.

VI. Instrumentos financeiros

i) Clientes

Os créditos sobre clientes estão mensurados pelo seu valor nominal. Com efeito, a totalidade das vendas é realizada em condições normais de crédito e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Não existem situações de créditos que apresentem um prazo superior ao das condições normais de venda (em que, portanto, a dívida devesse estar mensurada ao custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo).

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes, de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não sejam recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.

ii) Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes são registados no passivo pelo seu valor nominal. Não existem situações em que a eventual aplicação do método do custo amortizado conduzisse a diferenças de mensuração materialmente relevantes.

iii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito de uma eventual expressão pelo valor atual é considerado imaterial.

VII. Ativos e passivos expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos eventualmente expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional (o euro), utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas, como rendimentos ou gastos (operacionais ou financeiros), na demonstração dos resultados do período.

VIII. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir, uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

IX. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade, de acordo com as regras fiscais em vigor.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados, e anualmente avaliados, utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período, é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades competentes durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

X. Rédito

O Rédito proveniente das prestações de serviços inclui os influxos brutos de benefícios económicos recebidos e a receber pela Entidade de sua própria conta. As quantias cobradas por conta de terceiros tais como impostos sobre vendas, não são benefícios económicos que fluam para a entidade e não resultam em aumentos de capital próprio. Por

isso s6o exclu6dos do r6dito.

De forma semelhante, num relacionamento de ag6ncia, os influxos brutos de benef6cios econ6micos que n6o resultem em aumentos de capital pr6prio para o agente, s6o exclu6dos do r6dito. As quantias cobradas por conta do capital n6o s6o r6dito. Em vez disso o r6dito 6 a quantia da comiss6o.

As presta76es de servi76os s6o constitu6das, em exclusivo, por comiss6es relacionadas com pr6mios de seguros, sendo apenas reconhecida como r6dito quando se verifica a cobran7a desses pr6mios, por se considerar que apenas nessa data est6o reunidas todas as condi76es para o reconhecimento do mesmo.

No que concerne aos recibos de pr6mios remetidos 6 “F. Rego” pelas Companhias de Seguros, para efeitos de cobran7a, n6o 6 efetuado qualquer registo contabil6stico at6 ao momento do efetivo recebimento do pr6mio por esta sociedade, uma vez que os tomadores t6m liberdade de pagar os pr6mios atrav6s de qualquer canal alternativo. Originando, nesse momento, a obriga76o da entrega desse pr6mio (eventualmente deduzido da respetiva comiss6o) 6 Companhia de Seguros.

Nos casos em que os tomadores dos seguros fazem o pagamento diretamente 6s Companhias de Seguros, a empresa procede ao registo da comiss6o, na demonstra76o dos resultados do exerc6cio em que ocorreu a efetiva cobran7a no premio por parte das companhias de seguros.

Nas situa76es em que a empresa tem direito ao recebimento de comiss6es adicionais em fun76o da sinistralidade/objetivos da carteira no exerc6cio, s6o consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informa76o dispon6vel 6 data de prepara76o das Demonstra76es Financeiras.

As restantes receitas e despesas s6o registadas de acordo com o pressuposto do acr6scimo, pelo que s6o reconhecidas 6 medida que s6o geradas independentemente do momento em que s6o recebidas ou pagas. As diferen7as entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos ou gastos s6o registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras d6vidas a pagar” ou “Outros cr6ditos a receber”.

XI. Julgamentos e estimativas

Na prepara76o das demonstra76es financeiras, foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. As estimativas contabil6sticas mais significativas refletidas nas demonstra76es financeiras incluem:

- a defini76o das vidas 6teis dos ativos fixos tang6veis e intang6veis;

- análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber;
- a quantificação de provisões.

As estimativas foram determinadas considerando a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subseqüentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

XII. Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e, os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

XIII. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, diuturnidades, compensação por isenção de horário e subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Órgão de Gestão.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e a subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

XIV. Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes

Não foram adotadas outras políticas contabilísticas relevantes.

3.3 – Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as NCRF exigiu que o Órgão de Gestão formulasse julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados foram baseados na experiência histórica e outros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formaram a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um outro tratamento tivesse sido escolhido. A Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

O Órgão de Gestão procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. O Órgão de Gestão

concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir daquelas estimativas.

4. Fluxos de Caixa

Os saldos de meios financeiros líquidos estão integralmente disponíveis para utilização e são compostos como se apresenta em seguida:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período		2025				2024				
		Saldo inicial	Movimentos a débito	Movimentos a crédito	Saldo final	Saldo inicial	Efeito fusão	Movimentos a débito	Movimentos a crédito	Saldo final
Caixa	Numerário	800,00	3.486,96	3.586,96	700,00	1.000,00	503,21	3.029,05	3.732,26	800,00
	Subtotais	800,00	3.486,96	3.586,96	700,00	1.000,00	503,21	3.029,05	3.732,26	800,00
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	1.225.206,12	91.132.363,28	89.505.820,66	2.851.748,74	2.339.054,09	174.747,21	66.960.987,83	68.249.583,01	1.225.206,12
	Outros depósitos bancários	2.450.000,00	7.200.000,00	7.250.000,00	2.400.000,00	1.100.000,00	75.000,00	9.640.000,00	8.365.000,00	2.450.000,00
	Subtotais	3.675.206,12	98.332.363,28	96.755.820,66	5.251.748,74	3.439.054,09	249.747,21	76.600.987,83	76.614.583,01	3.675.206,12
Totais		3.676.006,12	98.335.850,24	96.759.407,62	5.252.448,74	3.440.054,09	250.250,42	76.604.016,88	76.618.315,27	3.676.006,12

Dos montantes acima referidos, 2.166.893,46 € (Nota 16a) correspondem a disponibilidades a entregar às seguradoras (833.957,07 € em 31/12/2024), os quais se encontram, de acordo com o normativo aplicável, segregados em contas bancárias próprias.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Neste período:

- não ocorreu a aplicação inicial de qualquer NCRF;
- não foi efetuada nenhuma alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros;
- não houve alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos;
- não se detetaram erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. Partes relacionadas

a. Relacionamentos com a empresa-mãe:

A sociedade Houstongest, SGPS, S.A. é detentora de ações da F. Rego, representativas de 100 % da totalidade do capital social.

As demonstrações financeiras da Empresa são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da Houstongest SGPS S.A.

b. Saldos e transações com entidades relacionadas

A Empresa considera entidades relacionadas, para além da empresa-mãe, as sociedades subsidiárias da empresa-mãe, que integram as suas demonstrações financeiras pelo método global, as sociedades associadas da empresa-mãe, que integram as suas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial e outras sociedades que possuem acionistas e administradores comuns aos da Empresa.

Os saldos e transações com partes relacionadas são apresentados nos quadros abaixo para as seguintes categorias: “Empresa-mãe” que respeita à entidade Houstongest SGPS SA, empresas subsidiárias da Houstongest SGPS SA e “Outras partes relacionadas”, que inclui as restantes entidades associadas da Empresa-mãe, e outras entidades relacionadas.

Para além destas, os membros do Conselho de Administração são também partes relacionadas.

No quadro abaixo, podem verificar-se os saldos e transações com entidades relacionadas:

Ano de 2025 (valores expressos em euros)

Entidade		Saldos a Pagar	Saldos a Receber	Comissões Pagas	Comissões Recebidas	Rendas Pagas	Outros gastos e perdas	Outros Rendimentos
Nif	Nome	2025	2025	2025	2025	2025	2025	2025
Empresa-mãe								
505271478	Houstongest S.G.P.S., S.A.	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.889,58
Empresas subsidiárias da Houstongest SGPS SA			166.792,10	11.896,03	583.825,40	0,00	93.474,21	58.338,20
Outras partes relacionadas			101.000,00	440.846,05	-3.712,28	169.845,62	0,00	5.115,59
TOTAL		0,00	367.792,10	452.742,08	580.113,12	169.845,62	93.474,21	84.343,37

Ano de 2024 (valores expressos em euros)

Entidade		Saldos a Pagar	Saldos a Receber	Comissões Pagas	Comissões Recebidas	Rendas Pagas	Outros gastos e perdas	Outros Rendimentos
Nif	Nome	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024
Empresa-mãe								
505271478	Houstongest S.G.P.S., S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.338,82
Empresas subsidiárias da Houstongest SGPS SA		0,00	120.584,49	221.568,67	1.073.093,57	0,00	0,00	34.917,99
Outras partes relacionadas		6.296,33	121.000,00	390.303,98	28.846,33	189.263,89	0,00	369,15
TOTAL		6.296,33	241.584,49	611.872,65	1.101.939,90	189.263,89	0,00	54.625,96

O Conselho de Administração considera que todas estas operações foram praticadas em condições que não diferem substancialmente dos valores que seriam praticados no mercado, entre partes independentes

Além dos mencionados no quadro acima, existem ainda os seguintes acréscimos e diferimentos com partes relacionadas:

Ano de 2025

Entidade	Diferimentos de gastos	Acréscimos de rendimentos de comissões	Acréscimos de gastos de comissões
Empresas subsidiárias da Houstongest SGPS SA		75.000,00	20.000,00
Outras partes relacionadas	14.976,40		42.164,25
TOTAL	14.976,40	75.000,00	62.164,25

Ano de 2024

Entidade	Diferimentos de gastos	Acréscimos de rendimentos de comissões	Acréscimos de gastos de comissões
Empresas subsidiárias da Houstongest SGPS SA		145.000,00	
Outras partes relacionadas	13.989,02		16.721,42
TOTAL	13.989,02	145.000,00	16.721,42

c. Remunerações da pessoal chave da gestão (membros de órgãos de Administração, de Direção e de Supervisão)

As remunerações da Administração ascenderam a 321.534,28 € (296.110,04 € no ano anterior), incluindo os encargos com a Segurança Social (ver nota 18).

7. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são constituídos essencialmente por “carteiras de seguros adquiridas, foram todos adquiridos a entidades externas e estão valorados ao custo de aquisição.

No caso dos ativos com vida útil definida, a amortização é feita, após a data em que os bens estão disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado. No caso particular das carteiras de seguros adquiridas, considera-se que a vida útil é indefinida e, como tal, procede-se à respetiva amortização ao longo de um período de 10 anos. O quadro seguinte discrimina as variações ocorridas nos ativos intangíveis nos anos de 2025 e 2024:

(valores expressos em euros)

Ativos intangíveis		Programas de computador	Carteiras de Clientes	Ativos Intangíveis em curso	Totais
início de 2024	Quantias brutas escrituradas	116.440,02	425.765,24	2.557,17	544.762,43
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(63.731,93)	(328.324,70)		(392.056,63)
	Quantias líquidas escrituradas	52.708,09	97.440,54	2.557,17	152.705,80
Adições		2.371,44	9.000,00		11.371,44
Transferências		2.557,17		(2.557,17)	
Amortizações		(12.001,19)	(26.083,42)		(38.084,61)
Perdas por imparidade					
final de 2024	Quantias brutas escrituradas	121.368,63	434.765,24		556.133,87
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(75.733,12)	(354.408,12)		(430.141,24)
	Quantias líquidas escrituradas	45.635,51	80.357,12		125.992,63
Adições					
Transferências					
Amortizações		(11.717,31)	(26.983,17)		(38.700,48)
Perdas por imparidade					
final de 2025	Quantias brutas escrituradas	121.368,63	434.765,24		556.133,87
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(87.450,43)	(381.391,29)		(468.841,72)
	Quantias líquidas escrituradas	33.918,20	53.373,95		87.292,15

8. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações foram calculadas, após a data em que os bens ficaram disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis foram determinadas de acordo com as expectativas quanto à capacidade de gerar benefícios económicos futuros.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, são apresentadas no quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
início de 2024	Quantias brutas escrituradas	446 805,31	255 904,87	634 301,17	176 745,45	393 260,48		1 907 017,28
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(200 355,00)	(244 152,27)	(429 581,23)	(146 479,58)	(367 579,74)		(1 388 147,82)
	Quantias líquidas escrituradas	246 450,31	11 752,60	204 719,94	30 265,87	25 680,74		518 869,46
Adições				201 848,53	379 735,04	3 828,27	49 745,76	635 157,60
Transferências		49 745,76					(49 745,76)	
Transferências (Fusão SR) - Nota 2.3		70 118,31	7 462,45		9 459,67	3 499,69		90 540,12
Alienações, sinistros e abates		(70 118,31)	(18 787,32)	(168 440,89)	(12 374,81)	(233,90)		(269 955,23)
Outras alterações (depreciações)		26 242,64	18 787,32	66 295,34	12 374,81	233,90		123 934,01
Transferências de Depreciações (Fusão SR) - Nota 2.3		(26 242,64)	(7 462,45)		(8 992,73)	(3 499,69)		(46 197,51)
Depreciações		(29 141,92)	(7 299,90)	(103 214,09)	(36 278,78)	(7 171,94)		(183 106,63)
Perdas por imparidade								
final de 2024	Quantias brutas escrituradas	496 551,07	244 580,00	667 708,81	553 565,35	400 354,54		2 362 759,77
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(229 496,92)	(240 127,30)	(466 499,98)	(179 376,28)	(378 017,47)		(1 493 517,95)
	Quantias líquidas escrituradas	267 054,15	4 452,70	201 208,83	374 189,07	22 337,07		869 241,82
Adições		371 592,65	3 857,77	273 680,00	111 644,83			760 775,25
Alienações, sinistros e abates			(734,81)	(240 526,23)				(241 261,04)
Outras alterações (depreciações e abates)			734,81	229 205,03				229 939,84
Depreciações		(72 962,07)	(2 896,77)	(122 776,29)	(71 927,86)	(5 162,87)		(275 725,86)
final de 2025	Quantias brutas escrituradas	868 143,72	247 702,96	700 862,58	665 210,18	400 354,54		2 882 273,98
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(302 458,99)	(242 289,26)	(360 071,24)	(251 304,14)	(383 180,34)		(1 539 303,97)
	Quantias líquidas escrituradas	565 684,73	5 413,70	340 791,34	413 906,04	17 174,20		1 342 970,01

Em 2024 e 2025, a empresa procedeu à reorganização da sua frota automóvel, alienando viaturas mais antigas — operação que, em 2025, gerou uma mais-valia de 77.000,00€ (nota 16.d) — e adquirindo novos veículos em sua substituição. Paralelamente, e em continuidade com o ano anterior, os escritórios do Porto e Lisboa encontram-se em processo de obras de remodelação e modernização, destinadas a criar postos de trabalho. Estas intervenções representam um investimento significativo em mobiliário e obras, no montante de 462.924,92 € (2024: 346.059,41 €), complementado por recursos aplicados em equipamentos informáticos/eletrónicos no montante de 20.312,56 €.

Em 30 de abril de 2024 foi alienado o Imóvel da empresa “SR – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.” pelo montante de 110.000,00 €, gerando uma mais-valia contabilística no montante de 66.794,94 € (ver nota 16 d.).

9. Locações

a. Locações financeiras - Locatários

A quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo é a seguinte:

(valores expressos em euros)

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período	Locações financeiras em vigor				2025	2024
	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos Ativos locados em 31.12.2025	Quantias escrituradas líquidas dos Ativos locados em 31.12.2024
			Começo	Fim		
Servidores	Millenium BCP	400134976	01/01/2022	31/12/2025		
AR-09-HG	Caixa Geral de Depósitos	100139991	24/06/2022	23/06/2026	3.173,11	10.788,54
AR-86-HF	Caixa Geral de Depósitos	100139992	06/07/2022	05/07/2026	3.807,73	11.423,16
AR-71-HR	Caixa Geral de Depósitos	100139993	07/07/2022	06/07/2026	5.960,50	17.881,53
AZ-53-VS	Millenium BCP	400141578	07/04/2023	07/04/2027	15.156,25	27.281,25
BJ-51-JJ	Millenium BCP	400145048	07/05/2024	07/05/2025		12.938,52
BE-76-NB	Millenium BCP	400145820	25/04/2024	25/04/2028	84.627,08	120.895,83
Equip.Mobiliaria	BPI	2024041789	04/10/2024	05/10/2029	253.657,81	341.009,56
Equip.Mobiliaria	BCP	400148420	02/01/2025	02/01/2030	80.867,11	
BS-52-OM	BPI	1250291800	15/04/2025	15/04/2030	126.400,00	
Subtotais					573.649,59	542.218,39
Totais					573.649,59	542.218,39

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Durante o ano de 2025, efetuou-se cessão de posição contratual do contrato Millenium BCP número 400145048.

É ainda de referir que a Empresa tem intenção de adquirir os bens no final do contrato.

Os futuros pagamentos das Locações Financeiras decompõem-se como se segue:

31/12/2025			
Entidade locadora	Identificação do contrato	Amortização de Capital	
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos
Millenium BCP	400134976		
Caixa Geral de Depósitos	100139991	2.581,92	
Caixa Geral de Depósitos	100139992	4.545,33	
Caixa Geral de Depósitos	100139993	7.115,06	
Millenium BCP	400141578	7.958,71	2.144,83
Millenium BCP	400145820	26.146,34	36.583,37
BPI	2024041789	57.574,61	173.413,05
BCP	400148420	17.671,96	57.739,73
BPI	1250291800	24.149,05	88.763,45
TOTAL		147.742,98	358.644,43

31/12/2024			
Entidade locadora	Identificação do contrato	Amortização de Capital	
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos
Millenium BCP	400134976	0,98	
Caixa Geral de Depósitos	100139991	8.344,34	1.990,68
Caixa Geral de Depósitos	100139992	8.263,83	3.960,15
Caixa Geral de Depósitos	100139993	12.935,76	6.198,98
Millenium BCP	400141578	8.351,42	9.542,84
Millenium BCP	400145048	7.792,28	
Millenium BCP	400145820	63.103,62	24.870,58
BPI	2024041789	55.172,08	231.086,48
TOTAL		163.964,31	277.649,71

b. Locação operacional

No exercício de 2025, há gastos com locações operacionais:

- referente ao aluguer de viaturas, no valor de 41.298,54€ (43.050,80€ em 2024);
- rendas de imóveis, no montante de 275.109,04 € (241.918,15 € em 2024).

Os futuros pagamentos das Locações Operacionais decompõem-se como se segue:

Entidade aluguer	Bem	Ano de Final do contrato	Gastos a suportar	
			Até 1 ano	entre 1 e 5 anos
Lease Plan	AZ-57-GU	2027	4.848,00	3.232,00
Lease Plan	AZ-35-GU	2027	5.137,44	3.424,96
Lease Plan	AZ-72-GT	2027	4.813,68	3.610,26
Lease Plan	AZ-22-GT	2027	4.981,92	3.736,44
Lease Plan	AZ-73-GT	2027	4.848,00	4.848,00
Lease Plan	AZ-92-GS	2027	4.848,00	3.232,00
Sublocadora	Imóveis	Prazo anual	275.109,04	
TOTAL			304.586,08	22.083,66

10. Financiamentos obtidos

Os financiamentos são registados pelo seu valor nominal. Não existem situações em que a eventual aplicação do método do custo amortizado conduza a diferenças de montante materialmente relevante.

A sociedade é devedora, no final do período em análise dos seguintes montantes, a título de financiamento:

(valores expressos em euros)

Financiamentos obtidos	31/12/2025			31/12/2024
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Empréstimos bancários	5.516,45 €	2.015,93	57,59%	3.500,52 €
- Empréstimos bancários - Corrente	5.516,45 €	2.015,93	57,59%	3.500,52 €
- Empréstimos bancários - Não Corrente	0,00 €	0,00		0,00 €
Loações financeiras	506.387,41 €	64.773,39	14,67%	441.614,02 €
- Loações financeiras - Corrente	147.742,98 €	(16.221,33)	(9,89%)	163.964,31 €
- Loações financeiras - Não Corrente	358.644,43 €	80.994,72	29,17%	277.649,71 €
Descobertos bancários	0,00 €	0,00		0,00 €
Financiamentos obtidos - corrente	153.259,43 €	(14.205,40)	(8,48%)	167.464,83 €
Financiamentos obtidos - não corrente	358.644,43 €	80.994,72	29,17%	277.649,71 €
TOTAL	511.903,86 €	66.789,32	15,00%	445.114,54 €

Importa referir que a rubrica “empréstimos bancários” diz respeito a cartões de crédito utilizados para fazer face a despesas correntes da sociedade, e que o montante em dívida, a 31 de dezembro de 2025, foi devidamente regularizado em janeiro de 2026.

11. Outros Investimentos financeiros

Esta rubrica detalha-se conforme segue:

(valores expressos em euros)

Outros investimentos financeiros	2025			2024
	Quantias	Variação em valor	Justo Valor	Quantias
Assurex Global Corp.	8.893,51 €	0,00	0,00	8.893,51 €
Nexponor, Sicafi, S.A.	211,07 €	(219,69)	(219,69)	430,76 €
FCR Capital Criativo IV	55.958,30 €	(15.384,22)	606,78	71.342,52 €
FCR Growth Inov	207.820,00 €	4.964,00	4.964,00	202.856,00 €
Explorer Growth Fund V	96.734,42 €	(1.064,96)	(1.064,96)	97.799,38 €
Portugal Opportunities Fund	144.868,20 €	3.613,50	3.613,50	141.254,70 €
Quadrantis Innovation Fund II	198.120,00 €	2.960,00	2.960,00	195.160,00 €
Fundo Compensação do Trabalho	17.932,49 €	0,00		17.932,49 €
TOTAL	730.537,99 €	(5.131,37)	10.859,63	735.669,36 €

Os outros investimentos financeiros são mensurados ao justo valor, em 2025 a variação global foi positiva no montante de 10.859,63 (2024: variação positiva 756,11 €).

a. Participações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2025 a Empresa é detentora dos seguintes ativos: (evidenciados no Balanço na linha de “Outros investimentos financeiros”), mensurados ao custo menos perdas por imparidade acumuladas:

- Ações da “Assurex Global Corporation”, mensurado ao custo histórico de 8.893,51 € (o mesmo valor a 31/12/2024);
- Ações da “Nexponor, Sicafi, S.A.”, valoradas a de 211,07 € (430,76 € a 31/12/2024);
- FCR Capital Criativo IV: 55.958,30 € (71.342,52€ a 31/12/2024);
- FCR Growth Inov, FCR: 207.820,00 € (202.856,00 € a 31/12/2024);
- Explorer Growth Fund V: 96.734,42 € (97.799,38 € a 31/12/2024);
- Portugal Opportunities Fund: 144.868,20 € (141.254,70 € a 31/12/2024);
- Quadrantis Innovation Fund II: 198.120,00 € (195.160,00 a 31/12/2024);

b. Fundo de compensação do trabalho

A rubrica de outros ativos financeiros é composta por um saldo de 17.932,49 € relativo às contribuições da sociedade para o “Fundo de Compensação do Trabalho” (FCT). Trata-se de um fundo de capitalização individual, obrigatoriamente financiado pelas entidades empregadoras, por meio de contribuições mensais. As contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho terminaram em maio de 2023.

No decreto-lei publicado no dia 15 de dezembro de 2023, foram discriminadas de que forma podem, de facto, as empresas investir o valor relativo ao fundo de compensação, entrando em vigor no dia 1 de janeiro de 2024, das quais:

- Apoiar os custos e investimentos com habitações dos trabalhadores;
- Apoiar investimentos em creches ou outros equipamentos que beneficiem os trabalhadores, desde que os mesmos sejam realizados com acordo das estruturas representativas dos trabalhadores;
- Financiar a formação e qualificação certificada dos trabalhadores.

O decreto encontra-se abrangido numa medida prevista no Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade na Agenda do Trabalho Digno.

O valor que consta no FCT pode ser mobilizado em diferentes alturas de acordo com o montante que consta no fundo de compensação:

- As empresas com até 10.000€ no fundo, podem mobilizá-lo a partir do segundo semestre de 2023;
- As empresas com capital entre 10.000€ e 400.000€ podem utilizar até 50% do valor em 2023 e o restante até 2026;
- As empresas que contenham mais de 400.000€ no fundo referido, podem mobilizar 25% do mesmo em 2023 e o restante repartido de forma igual (25% em cada ano) até 2026.

12. Rédito

No que concerne aos recibos de prémios remetidos à “F. Rego” pelas Companhias de Seguros, para efeitos de cobrança, não é efetuado qualquer registo contabilístico até

ao momento do efetivo recebimento do prémio por esta sociedade, uma vez que os tomadores têm liberdade de pagar os prémios através de qualquer canal alternativo. Será originado, nesse momento, a obrigação da entrega desse prémio (eventualmente deduzido da respetiva comissão) à Companhia de Seguros.

Nos casos em que os tomadores dos seguros fazem o pagamento diretamente às Companhias de Seguros, a empresa procede ao registo da comissão, na demonstração dos resultados do exercício em que ocorreu a efetiva cobrança no prémio por parte das companhias de seguros.

As quantias de cada categoria significativa de rédito são as seguintes:

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2025		2024	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Prestação de serviços	12.809.949,02	100,00%	11.558.368,88	100,00%
Totais	12.809.949,02	100,00%	11.558.368,88	100,00%

O total de prestações de serviços coincide com o total referido na alínea b) da nota 23.

13. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Em 2025, a sociedade beneficiou da medida de Estágios profissionais do IEFP, tendo recebido a título de comparticipação financeira o montante de 5.152,33 € (2024: 2.170,34 €).

14. Acontecimentos após a data do balanço

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão a 7 de abril de 2026, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelos acionistas, nos termos da legislação em vigor em Portugal.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das Demonstrações Financeiras não houve conhecimento de outros eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período, ou que requeiram divulgação.

Ainda condicionada a não oposição da operação junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões encontra-se a decorrer uma proposta de aquisição da so-

cidade Corbroker – Corretores de Seguros, S.A., mantendo-se esta sociedade com operações autónomas.

15. Impostos sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) às seguintes taxas: até 50.000 euros de matéria coletável 16%, o restante à taxa de 20% (a taxa de Derrama, no concelho de Vila Nova de Gaia, é de 1,25%).

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Entidade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no referido código.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Imposto sobre o Rendimento	2025	2024
1. Resultado Contabilístico do Período (antes de impostos)	3 281 711,46	2 367 041,13
2. Imposto Corrente	773 576,07	602 037,50
3. Imposto Diferido	(1 329,91)	245,09
4. Imposto sobre o rendimento do período	772 246,16	602 282,59
5. Taxa efetiva de imposto	23,53%	25,44%

A diferença entre o imposto estimado para o período e o Resultado Antes de Impostos * 21,25% está relacionada não só com o montante dos impostos diferidos e com a utilização de uma taxa de IRC reduzida (16%) para os primeiros 50.000€ de lucro, mas também com o cálculo das Tributações Autónomas.

O Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE) constitui um benefício fiscal destinado a promover o investimento das empresas em atividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico. No exercício de 2024, o regime permitiu a dedução à coleta de IRC de uma percentagem das despesas elegíveis de I&D, estruturada da seguinte forma:

- Taxa base: 32,5% das despesas de I&D realizadas no exercício.
- Taxa incremental: 50% do acréscimo das despesas de I&D face à média dos dois exercícios anteriores, até ao limite de 1.500.000 € de benefício incremental.

As despesas elegíveis incluem custos com pessoal técnico qualificado, aquisição de equipamentos diretamente afetos a projetos de I&D, contratação de entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, despesas com propriedade intelectual e outros gastos diretamente associados a atividades de investigação e desenvolvimento.

A utilização do incentivo depende da validação técnica das despesas pela Agência Nacional de Inovação (ANI). A dedução apurada pode ser utilizada no próprio exercício ou reportada por um período máximo de oito anos, caso não exista coleta suficiente para a sua absorção integral.

Este incentivo contribui para a redução do custo efetivo dos investimentos em I&D, reforçando o compromisso da entidade com a inovação, a competitividade e o desenvolvimento tecnológico.

A F. Rego – Corretores de Seguros, S.A. requereu, em 30 de maio de 2025, a emissão da declaração necessária para efeitos de obtenção do crédito fiscal SIFIDE relativo às atividades de I&D desenvolvidas em Portugal durante o exercício de 2024. As despesas elegíveis de I&D ascenderam a 155.647,63 €, correspondendo a um benefício fiscal de 32,5%, no montante de 50.585,48 €. A utilização deste benefício encontra-se dependente da aprovação técnica pela Agência Nacional de Inovação (ANI), após o que será efetuada a substituição da declaração Modelo 22 do exercício de 2024, de modo a refletir a dedução à coleta apurada.

(valores expressos em euros)

Ativos por Impostos Diferidos	2025			2024
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Amortizações n/ aceites fiscalmente	13.299,10 €	1.329,91	11,11%	11.969,19 €
Benefícios Fiscais	0,00 €	0,00		0,00 €
TOTAL	13.299,10 €	1.329,91	0,00%	11.969,19 €

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi o seguinte:

- Aumento em 1.329,91 € do ativo por impostos diferidos com origem na diferença temporal entre a aceitação fiscal e o registo contabilístico da depreciação da carteira adquirida a “Homem Cardoso”.
- Redução no ano de 2024, em 1.575 € do ativo por impostos diferidos relativo à utilização do benefício fiscal relativo à remuneração convencional do capital;

Assim, os ativos por impostos diferidos totalizam, a 31/12/2025, 13.299,10 € (11.969,19 € a 31/12/2024).

16. Instrumentos financeiros

a. Ativos e Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar apresentavam a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Ativos Financeiros	31/12/2025			31/12/2024		
	mensurados ao custo	Perdas por Imparidade	Total	mensurados ao custo	Perdas por Imparidade	Total
Cientes cc	181.953,48 €	0,00 €	181.953,48 €	125.398,03 €	0,00 €	125.398,03 €
Acionistas/Sócios	100.000,00 €	0,00 €	100.000,00 €	100.000,00 €	0,00 €	100.000,00 €
Empresa do Grupo	16.000,00 €	0,00 €	16.000,00 €	36.000,00 €	0,00 €	36.000,00 €
Outros créditos a receber	1.674.361,44 €	0,00 €	1.674.361,44 €	1.338.148,79 €	0,00 €	1.338.148,79 €
- Acréscimos de rendimentos	1.565.784,83 €	0,00 €	1.565.784,83 €	1.208.043,00 €	0,00 €	1.208.043,00 €
- Outros devedores	108.576,62 €	0,00 €	108.576,62 €	130.105,78 €	0,00 €	130.105,78 €

Passivos Financeiros	31/12/2025			31/12/2024		
	mensurados ao custo	Perdas por Imparidade	Total	mensurados ao custo	Perdas por Imparidade	Total
Fornecedores cc	25.815,19 €	0,00 €	25.815,19 €	56.705,22 €	0,00 €	56.705,22 €
Outras dívidas a pagar	3.648.988,89 €	0,00 €	3.648.988,89 €	2.247.524,31 €	0,00 €	2.247.524,31 €
- Acréscimos de gastos	1.526.940,48 €	0,00 €	1.526.940,48 €	1.361.498,41 €	0,00 €	1.361.498,41 €
- Companhias	2.081.927,80 €	0,00 €	2.081.927,80 €	859.863,64 €	0,00 €	859.863,64 €
- Outros credores	36.175,30 €	0,00 €	36.175,30 €	26.162,26 €	0,00 €	26.162,26 €

Dos montantes acima referidos a pagar às Companhias, parte encontra-se em disponibilidades 2.166.893,46 (ver nota 4), e 833.957,07 em 31 de dezembro de 2024. Verifica-se, assim, um valor superior em disponibilidades face ao ano anterior, encontrando-se estes montantes segregados em contas bancárias próprias, conforme o normativo aplicável.

Em 29 de julho de 2024, foi celebrado um contrato de mútuo com a empresa do Grupo Francisco Leite, Lda., no montante de 36.000 €, destinado ao financiamento da sua atividade por um período de quatro anos, não vencendo juros. Em 8 de outubro de 2025, foi efetuado um abatimento de 20.000 € ao saldo em dívida, permanecendo um montante remanescente de 16.000 €.

A rubrica “Acionistas/sócios” representa um empréstimo no valor de 100.000,00€, valor que irá ser compensado com a distribuição de dividendos no exercício de 2026 referente ao resultado de 2025.

No quadro abaixo, detalham-se os valores de “acréscimos de rendimentos” e “acréscimo de gastos”:

(valores expressos em euros)

Acréscimos de rendimentos	2025		2024
	Quantias	Varição em valor	Quantias
Acréscimos de rendimentos comissões companhias	1.490.784,83 €	427.741,83	1.063.043,00 €
Outros acréscimos de rendimentos	75.000,00 €	(70.000,00)	145.000,00 €
TOTAL	1.565.784,83 €	357.741,83	1.208.043,00 €

(valores expressos em euros)

Acréscimos de gastos	2025		2024
	Quantias	Varição em valor	Quantias
Remunerações a Liquidar	840.789,12 €	50.345,32	790.443,80 €
Comissões	645.772,75 €	104.103,62	541.669,13 €
Outros acréscimos de gastos	40.378,61 €	10.993,13	29.385,48 €
TOTAL	1.526.940,48 €	165.442,07 €	1.361.498,41 €

A variação dos acréscimos de rendimentos das Companhias e do acréscimo de gastos com comissões de cedências são superiores ao ano anterior, uma vez que estes valores variam proporcionalmente às disponibilidades existentes em contas bancárias (ver nota 16.a), relativamente às quais ainda não foram efetuadas as liquidações às Companhias. Assim, no ano de 2025, o acréscimo apresenta um valor superior ao registado em 2024.

Espera-se que todas as linhas de passivo mencionadas no quadro acima sejam recuperadas ou liquidadas num prazo inferior a 12 meses.

b. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

EOEP - Saldos a Favor do Estado	31/12/2025		31/12/2024
	Quantias	Varição face ao período anterior	Quantias
Imposto sobre o rendimento a favor do Estado	266 902,62 €	162,87%	101 534,24 €
Iva - A Pagar	2 017,54 €	8,28%	1 863,26 €
Retenção de impostos sobre rendimentos	45 579,25 €	(3,93%)	47 446,17 €
Imposto do selo	3 385,68 €		0,00 €
Contribuições para a Segurança Social	80 831,62 €	10,81%	72 944,42 €
TOTAL	398 716,71 €	78,17%	223 788,09 €

Espera-se que todas as linhas de passivo mencionadas no quadro acima sejam recuperadas ou liquidadas num prazo inferior a 12 meses.

c. Juros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a sociedade teve os seguintes gastos e rendimentos com juros e similares:

(valores expressos em euros)

Juros e Similares Obtidos	2025			2024
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	52.569,67 €	3.176,19	6,43%	49.393,48 €
TOTAL	52.569,67 €	3.176,19	6,43%	49.393,48 €

(valores expressos em euros)

Juros e Similares Suportados	2025			2024
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Juros de contr. de loc. financeiras	17.417,69 €	7.019,05	67,50%	10.398,64 €
Outros - Outros juros	0,00 €	(0,19)	(100,00%)	0,19 €
TOTAL	17.417,69 €	7.018,86	67,50%	10.398,83 €

d. Outros Rendimentos e outros Gastos

(valores expressos em euros)

Outros Rendimentos	2025			2024
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Rendimentos suplementares	11.619,99 €	719,99	6,61%	10.900,00 €
Outros	1.017,17 €	(4.766,98)	(82,41%)	5.784,15 €
Rend. e ganhos em investimentos não financeiros (nota 8)	77.549,00 €	4.596,40	6,30%	72.952,60 €
TOTAL	90.186,16 €	549,41	0,61%	89.636,75 €

(valores expressos em euros)

Outros Gastos	2025			2024
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Impostos	227.266,17 €	16.046,04	7,60%	211.220,13 €
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00 €	(55,30)	(100,00%)	55,30 €
Gastos em investimentos não financeiros	6.466,30 €	4.011,87	163,45%	2.454,43 €
Correções relativas a períodos anteriores	1.240,25 €	(290.335,50)	(99,57%)	291.575,75 €
Donativos	11.436,44 €	3.910,82	51,97%	7.525,62 €
Quotizações	43.382,11 €	3.230,09	8,04%	40.152,02 €
Insuficiência Estimativa para Impostos	7.754,53 €	7.754,53		0,00 €
Outros gastos de financiamento	181,74 €	(229,55)	(55,81%)	411,29 €
Outros não especificados	7.590,06 €	1.389,33	22,41%	6.200,73 €
TOTAL	305.317,60 €	(254.277,67)	(45,44%)	559.595,27 €

17. Capital

a. Capital Social

O capital social da empresa está dividido e representado por quinhentas mil ações nominativas com o valor nominal de um euro cada.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital da sociedade, no montante de 500.000 €, encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

b. Reserva Legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social (com um montante mínimo de 2.500,00 €). Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a reserva legal ascendia a 110.000,00.

c. Outras Reservas

As outras reservas, no montante de 1.754.012,57 €, resultam de lucros gerados pela sociedade em períodos anteriores e que se deliberou manter na sociedade e detalham-se da seguinte forma:

- Reservas Livres: 1.287.568,74 (1.222.810,20 € em 31/12/2024);
- Reserva fiscal para investimentos: 185.000 € (185.000 € em 31/12/2024);
- Reserva fusão: 281.443,83 € (281.443,83 € em 31/12/2024). Reserva de fusão em 2024, no montante de 58.984,96 €, resultam da incorporação da sociedade “SR – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.” (ver nota 2.3).

A reserva fiscal para investimentos resulta da Reserva Especial por Lucros retidos e Reinvestidos.

d. Resultados Transitados

Os resultados transitados, perfazem o montante de 31.496,32 €, resultam de resultados gerados pelas participadas.

e. Limite da distribuição de bens aos acionistas

Sem prejuízo do preceituado quanto à redução do capital social, não podem ser distribuídos aos acionistas bens da sociedade quando o capital próprio desta, incluindo o resultado líquido do exercício, tal como resulta das contas elaboradas e aprovadas nos termos legais, seja inferior à soma do capital social e das reservas que a lei ou o contrato não permitem distribuir aos acionistas ou se tornasse inferior a esta soma em consequência da distribuição.

Os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas bens da sociedade, a que se refere o número anterior, quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou, também quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas, reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial, nos termos das normas contabilísticas e de relato financeiro, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas, quando sejam realizados.

18. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados encontram-se refletidos em gastos com pessoal e não incluem benefícios pós-emprego, com exceção das contribuições obrigatórias legalmente, nem outros benefícios a longo prazo. Os gastos reconhecidos detalham-se como segue:

(valores expressos em euros)

Benefícios dos Empregados	2025		2024	
	Valor	%	Valor	%
Gastos com o pessoal	4.343.027,61 €	100%	3.987.393,97 €	100%
Remunerações dos órgãos sociais	258.764,50 €	6%	240.130,16 €	6%
Remunerações do pessoal	3.054.570,26 €	70%	2.874.627,54 €	72%
Indemnizações	17.884,23 €	0%		
Encargos sobre remunerações	698.286,97 €	16%	651.268,19 €	16%
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	12.333,31 €	0%	14.468,88 €	0%
Gastos de ação social	140.238,59 €	3%	118.550,08 €	3%
Outros gastos com o pessoal	160.949,75 €	4%	88.349,12 €	2%

As remunerações da Administração ascenderam a 338.721,70 € (296.110,04 € no ano anterior), incluindo os encargos com a Segurança Social (nota 6).

A empresa em 2025, celebrou um contrato de cedência de pessoal para reforçar o departamento de Employee Benefits, tendo os respetivos custos sido registados em 'Outros gastos com o pessoal'.

O número medio de colaboradores durante o ano de 2025 foi 85 (2024: 82).

19. Divulgações exigidas por diplomas legais

a. Dívidas em mora para com o Estado ou Outros Entes Públicos

Não existem quaisquer dívidas em mora para com o Estado ou outros Entes Públicos.

b. Informação por mercados geográficos

(valores expressos em euros)

Informação por mercados geográficos	2025			
	Interno	Comunitário	Outros Mercados	Total
Prestações de Serviços	12.397.989,02	361.935,37	50.024,63	12.809.949,02
Fornecimentos e serviços externos	3.282.649,62	1.311.305,18	112.861,31	4.706.816,11
Aquisições de ativos fixos tangíveis	757.638,85	3.136,40	0,00	760.775,25
Aquisições de ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00

Informação por mercados geográficos	2024			
	Interno	Comunitário	Outros Mercados	Total
Prestações de Serviços	11.091.807,83	454.411,25	12.149,80	11.558.368,88
Fornecimentos e serviços externos	3.115.211,03	1.302.559,66	136.934,43	4.554.705,12
Aquisições de ativos fixos tangíveis	635.157,60	0,00	0,00	635.157,60
Aquisições de ativos intangíveis	11.371,44	0,00	0,00	11.371,44

c. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas atribuídos ao exercício económico de 2025 foram

de 27.859,50 € (valor com IVA). Estes montantes são única e exclusivamente relacionados com a revisão legal das contas anuais.

20. Outras informações

a. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de fornecimentos e serviços

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos	2025			2024
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Trabalhos especializados	627.202,75 €	99.014,65	18,75%	528.188,10 €
Publicidade e propaganda	112.288,50 €	37.149,05	49,44%	75.139,45 €
Vigilância e segurança	2.987,71 €	31,44	1,06%	2.956,27 €
Honorários	1.371,15 €	1.371,15		0,00 €
Comissões	3.070.097,83 €	(45.353,51)	(1,46%)	3.115.451,34 €
Conservação e reparação	33.662,36 €	11.193,75	49,82%	22.468,61 €
Serviços Bancários	2.355,83 €	(1.431,87)	(37,80%)	3.787,70 €
Outros	7.935,03 €	(3.780,17)	(32,27%)	11.715,20 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	15.315,58 €	4.800,45	45,65%	10.515,13 €
Livros e documentação técnica	115,52 €	(496,60)	(81,13%)	612,12 €
Material de escritório	17.479,28 €	(4.495,75)	(20,46%)	21.975,03 €
Artigos para oferta	33.008,46 €	11.466,24	53,23%	21.542,22 €
Artigos de Decoração	32,95 €	32,95		0,00 €
Outros	0,00 €	0,00		0,00 €
Eletricidade	23.104,10 €	4.043,47	21,21%	19.060,63 €
Combustíveis	21.945,59 €	(6.827,03)	(23,73%)	28.772,62 €
Água	6.226,72 €	476,88	8,29%	5.749,84 €
Deslocações e estadas	196.110,17 €	(5.711,81)	(2,83%)	201.821,98 €
Transportes de pessoal	8.070,40 €	(1.107,73)	(12,07%)	9.178,13 €
Transportes de mercadorias	242,81 €	242,81		0,00 €
Rendas e alugueres (nota 9)	316.407,58 €	31.438,63	11,03%	284.968,95 €
Comunicação	69.862,99 €	7.401,91	11,85%	62.461,08 €
Seguros	33.889,68 €	(1.585,94)	(4,47%)	35.475,62 €
Contencioso e notariado	238,75 €	(925,47)	(79,49%)	1.164,22 €
Despesas de representação	51.129,60 €	3.287,81	6,87%	47.841,79 €
Limpeza, higiene e conforto	38.512,02 €	16.343,48	73,72%	22.168,54 €
Outros serviços	17.222,75 €	(4.467,80)	(20,60%)	21.690,55 €
TOTAL	4.706.816,11 €	152.110,99	3,34%	4.554.705,12 €

Durante os exercícios de 2025 e 2024 registou-se uma redução do peso das cedências às empresas relacionadas (nota 6) pelo que crescimento da atividade foi feito, estrategicamente, por via da venda direta ao cliente.

b. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Diferimentos (ativo)	31/12/2025			31/12/2024
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Rendas	24.241,80 €	1.512,08	6,65%	22.729,72 €
Seguros	3.683,23 €	1.450,92	65,00%	2.232,31 €
Outros gastos a reconhecer	61.318,06 €	37.412,76	156,50%	23.905,30 €
TOTAL	89.243,09 €	40.375,76	82,62%	48.867,33 €

(valores expressos em euros)

Diferimentos (passivo)	31/12/2025			31/12/2024
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Rendimentos a reconhecer	0,00 €	(442,40)	(100,00%)	442,40 €
TOTAL	0,00 €	(442,40)	(100,00%)	442,40 €

O aumento dos outros gastos a reconhecer em 2025 resulta do facto de terem sido suportadas despesas antecipadas com viagens, ações de formação e licenças de software, face ao período homólogo.

c. Créditos comerciais com o exterior

No quadro abaixo podem verificar-se os montantes relativos a créditos comerciais com o exterior a 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

(valores expressos em euros)

Créditos comerciais com o exterior	31/12/2025			31/12/2024
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Cientes - gr - mercado intracomunitário	0,00 €	-8.017,19 €	(100,00%)	8.017,19
Cientes - gr - mercado externo	0,00 €	-392,65 €	(100,00%)	392,65
Total da conta de clientes relativa a não residentes	0,00 €	-8.409,84 €	(100,00%)	8.409,84
Fornecedores - gr - mercado intracomunitário	(627,46)	(526,50)	521,49%	(100,96)
Fornecedores - gr - outros mercados	0,00	2.772,38	(100,00%)	(2.772,38)
Total da conta de fornecedores relativa a não residentes	(627,46)	2.245,88	(78,16%)	(2.873,34)

d. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A empresa não registou provisões, no exercício em apreço.

Não existiam quaisquer ativos ou passivos contingentes à data do Balanço.

21. Fatores de Risco Financeiro

A atividade da Empresa está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco é conduzida pela Administração que identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros.

22. Proposta de aplicação do resultado

A Administração da F. Rego - Corretores de Seguro, S.A. propõe que o Resultado Líquido do Período, no montante de 2.509.465,30€ (dois milhões e quinhentos e nove mil e quatrocentos e sessenta e cinco euros e trinta cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- Distribuição de dividendos: 100.000 € (cem mil euros);
- Reservas livres: 2.409.465,30 € (Dois milhões, quatrocentos e nove mil quatrocentos e sessenta e cinco euros e trinta cêntimos).

De igual modo, propõe-se a distribuição de Gratificações de Balanço, por via dos resultados, de cerca de 312.119,03 (Trezentos e doze mil, cento e dezanove euros e três cêntimos), sendo que o referido valor já se encontra considerado nas Demonstrações Financeiras integrantes ao presente relatório.

Importa referir que, de acordo com o estipulado no Código das Sociedades Comerciais, a aprovação da proposta acima necessita de uma maioria em Assembleia Geral superior a $\frac{3}{4}$ do capital social. Caso contrário, existe a obrigatoriedade da Sociedade distribuir pelos Sócios metade do resultado distribuível.

23. Prestação do serviço de distribuição de seguros ou de resseguros

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas

As prestações de serviço são constituídas, na sua maioria, por comissões relacionadas com prémios de seguros, sendo apenas reconhecidas como rédito quando se verifica a cobrança desses prémios. Existem ainda prestações de serviços relacionadas com consultoria prestada no âmbito da atividade da empresa.

No que concerne aos recibos de prémios remetidos à “F. Rego” pelas Companhias de Seguros, para efeitos de cobrança, não é efetuado qualquer registo contabilístico até ao momento do efetivo recebimento do prémio por esta sociedade, uma vez que os tomadores têm liberdade de pagar os prémios através de qualquer canal alternativo. Originando, nesse momento, a obrigação da entrega desse prémio (eventualmente deduzido da respetiva comissão) à Companhia de Seguros.

Nos casos em que os tomadores dos seguros fazem o pagamento diretamente às Companhias de Seguros, a empresa procede ao registo da comissão, na demonstração dos resultados do exercício em que ocorreu a efetiva cobrança no prémio por parte das companhias de seguros.

Nas situações em que a empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade/objetivos da carteira no exercício, são consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data de preparação das Demonstrações Financeiras.

As estimativas do “rappel” que as companhias de seguro pagam no exercício seguinte, mas que se reportam aos objetivos conseguidos no ano de reporte são reconhecidas como rendimento do período, por contrapartida de “acréscimos de rendimentos”.

b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza

As remunerações de 2025 ascenderam a 12.809.949,02€ (11.581.665,90€ no ano anterior). Deste montante global, foi recebido, durante o ano de 2025, o valor de 11.295.735,63 € (10.350.325,88 € em 2024). Dos restantes, 817.880,00 € (795.986,54 € em 2024) dizem respeito a acréscimos de rendimentos de rappel decorrentes da aplicação da política contabilística descrita na alínea anterior e 672.904,03 € (435.353,48 € em 2024) a valores ainda não recebidos de cliente, reconhecidos em 31 de dezembro de 2025 como acréscimo de rendimento (nota 16).

c) Total de remunerações relativas a seguros desagregados por ramos “Vida”, “Fundos de Pensões” e “Não Vida” e por origem

(valores expressos em euros)

Por entidade (origem)	Remunerações					
	Ramo Vida		Ramo Não Vida		Fundo de Pensões	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Empresas de Seguros	270.398,93 €	193.907,85 €	11.700.182,36 €	10.442.469,14 €	0,00 €	0,00 €
Outros Mediadores			839.367,73 €	945.288,91 €	0,00 €	0,00 €
Clientes (outros)					0,00 €	0,00 €
Total	270.398,93 €	193.907,85 €	12.539.550,09 €	11.387.758,05 €	0,00 €	0,00 €

d) Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira;

Aplicável conforme indicado na alínea m).

e) Valores das contas de “clientes”

As contas bancárias que contêm os fundos que são propriedade de terceiros (normalmente designadas por “contas clientes”) apresentavam os seguintes saldos iniciais e finais e foram objeto dos seguintes movimentos:

(valores expressos em euros)

BCP - conta "clientes"	Valores das contas "clientes"	
	2025	2024
Saldo no final do período	2.166.893,46 €	833.957,07 €
Saldo no início do período	833.957,07 €	1.418.914,93 €
Volume movimentado no exercício		
A débito	65.744.298,79 €	49.493.341,27 €
A crédito	64.411.362,40 €	50.078.299,13 €

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

(valores expressos em euros)

Por Entidade (origem)	Saldo Contabilístico no final do período			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2025	2024	2025	2024
Tomadores de Seguros				
Empresas de Seguros	0,00 €	19.179,58 €	2.081.927,80 €	821.497,62 €
Total	0,00 €	19.179,58 €	2.081.927,80 €	821.497,62 €

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar*(valores expressos em euros)*

Por Natureza	Saldo Contabilístico no final do período			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2025	2024	2025	2024
A			2.081.927,80 €	821.497,62 €
B	0,00 €	19.179,58 €		
C				
D				
E				
Total	0,00 €	19.179,58 €	2.081.927,80 €	821.497,62 €

Legenda:

A – Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro

B – Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro

C – Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguros, segurados ou beneficiários

D – Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar

E – Outras quantias

h) Idade das contas a receber vencida à data de relato

Não existe saldo vencido nas “contas a receber” relacionado com atividades de corretagem.

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Não aplicável.

j) Transmissões de carteiras de seguros

Em 2024, foram realizadas as seguintes transferências de carteiras de seguros, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024:

- Francisco Leite Mediação de Seguros, Lda.
- SR Mediação de Seguros, Lda.”

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

Não ocorreram cessações de contratos de seguros, nem foram pagas ou recebidas indemnizações de clientela.

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não aplicável.

m) Indicação das quatro empresas de seguros cuja representação das remunerações pagas ao corretor de seguros em relação ao total das remunerações auferidas pela sua

(valores expressos em euros)

CE-Companhias		Remunerações (ramo vida, não vida e fundos de pensões)			
		€		%	
		2025	2024	2025	2024
1011	Fidelidade	4.499.121,01 €	3.229.328,35 €	35,12%	27,88%
1197	Tranquilidade	2.008.544,08 €	2.151.265,83 €	15,68%	18,57%
1028	Allianz	939.957,63 €	789.885,49 €	7,34%	6,82%
1129	Ageas	840.962,31 €	734.512,67 €	6,56%	6,34%
1096 / 1160	VICTORIA	361.958,65 €	338.960,49 €	2,83%	2,93%

n) O valor total dos fundos que recebeu com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome

Não aplicável

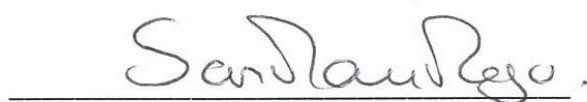
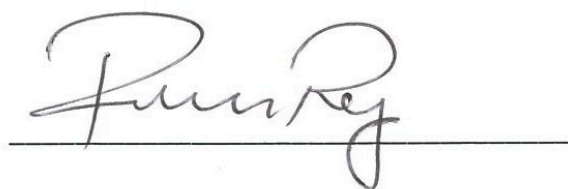
o) O valor total dos fundos que recebeu com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança

Não aplicável

p) O valor total dos fundos que lhe foram confiados pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não lhe hajam outorgado poderes de quitação das quantias recebidas

Não aplicável

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado



PARECER DO
CONSELHO FISCAL





Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC n.º 43
Registo na CMVM n.º 20161389
Bom Sucesso Trade Center
Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º
4150-146 Porto
Portugal

Tel: +(351) 225 439 200
www.deloitte.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da F. Rego – Corretores de Seguros, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da F. Rego – Corretores de Seguros, S.A. (“Entidade”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2025, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2025 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 13 de abril de 2026

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Rita Cerqueira Cotta, ROC
Registo na OROC nº 1199
Registo na CMVM nº 20160810



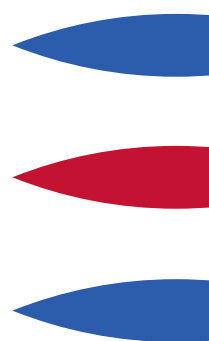
“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

© 2026. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

RELATÓRIO DE AUDITORIA





Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC n.º 43
Registo na CMVM n.º 20161389
Bom Sucesso Trade Center
Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º
4150-146 Porto
Portugal

Tel: +(351) 225 439 200
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da F. Rego – Corretores de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um ativo total de 9.488.106,00 euros e um total de capital próprio de 4.902.681,35 euros, incluindo um resultado líquido de 2.509.465,30 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da F. Rego – Corretores de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Technology & Transformation e Advisory Strategy, Risk & Transactions a cerca de 90% da Entidade Global.

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC n.º 43
Registo na CMVM n.º 20161389

Página 3 de 3

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 13 de abril de 2026

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Rita Cerqueira Cotta, ROC
Registo na OROC n.º 1199
Registo na CMVM n.º 20160810



F · R E G O

F. Rego - Corretores de Seguros, S.A.

Avenida da República, 740, 2º Salas 23/24

4431-967 Vila Nova de Gaia

Pessoa Coletiva matriculada na C.R.C competente,

com o número 500 887 713

Capital Social: 500.000 €